



A ERA DA INFORMAÇÃO E O DIREITO DE PROPRIEDADE SOFTWARE LIVRE, HACKERS E REFORMA AGRÁRIA

Editorial

Entre os dias 14 e 18 de julho passados, o Instituto de Informática da Unisinos e a Cooperativa de Desenvolvimento de Software Livre da Univates e da Unicamp, promoveram o I Seminário de Desenvolvimento em Software Livre. Na esteira desta importante iniciativa, o **IHU On-Line** desta semana traz como tema de capa a discussão, sob diferentes pontos de vista, da instigadora problemática do software livre e do 'hacking'. Existe uma 'ética dos hackers'?

Abre o debate o Prof. Dr. Ney Lemke, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos. Richard Stallmann, inspirador do GNU/Linux, M. Castells, autor da importante trilogia **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura** e a resenha do livro de Pekka Himanen, **A ética hacker e o espírito da era da informação** aportam elementos pertinentes para a discussão do tema central deste boletim. Durante a elaboração do boletim, fomos informados pelo sítio da revista **Wired** da morte de Jude Milhon, hacker, feminista e ativista dos direitos dos que trabalham em informática. Um artigo que faz a memória de St. Jude completa a matéria de capa. O tema central deste boletim, a discussão do direito da propriedade privada dos bens culturais, como o conhecimento e a informação, que já apareceu de certa forma quando, na semana passada, discutíamos o tema das biotecnologias e a reprodução, e que, neste número, é retomado na entrevista da Prof^a. Dr^a. Anna Maria Ruschel, emerge na primeira página da **Folha de S. Paulo**, de ontem, dia 3-8-03, com o debate sobre a propriedade da

marca e dos direitos da patente industrial do cupuaçu por parte de uma empresa japonesa.

Este tema é retomado, sob outra forma, na discussão da urgência social da reforma agrária. Depois de termos divulgado, na semana passada, o artigo do Prof. Dr. Fábio Konder Comparato, intitulado “Impropriedades”, neste número oferecemos como subsídio para a discussão deste tema candente, dois artigos de Rubens Ricupero.

A abordagem dos dois temas, ou seja, o acesso livre à informação e o acesso à terra, no mesmo boletim, é a manifestação das gritantes contradições da sociedade brasileira. Ou seja, ao mesmo tempo que discutimos temas típicos do século XXI, somos instados a resolver problemas típicos de priscas eras passadas. Aqui emerge uma outra temática que o nascimento da articulação dos movimentos sociais brasileiros, nestes últimos dias, aponta: o papel cada mais central, na era da informação, dos movimentos sociais. Este é um tema que trataremos num próximo boletim.

Este número se completa com duas outras entrevistas: do Prof. Dr. Paulo Henrique Dionisio, abordando o tema do **IHU Idéias** desta quinta-feira, e a do Prof. Dr. Jean-Louis Laville, sobre a economia plural.

Todos estes temas aqui discutidos remetem para o debate central deste número: o direito à propriedade privada deve ser rediscutido, a partir de uma abordagem inter e multidisciplinar, urgente e necessária no momento histórico que vivemos. Mais do que nunca, o eixo estratégico da ‘transdisciplinaridade’ se torna de uma candente pertinência. Ou seja, como escreve num belo artigo Jacques Robin, economista francês, fundador da revista **Transversales Sciences Culture**, já citada no nosso boletim, publicado hoje no jornal **Libération**: “A era da informação torna cada vez mais obsoletos os esquemas econômicos atuais. Donde emerge a necessidade de explorar novos caminhos”. Para finalizar, é preciso ressaltar que a reflexão aqui levantada remete necessariamente à rica discussão do tema do ‘trabalho imaterial’ tratado por autores como, entre outros, André Gorz, Jacques Robin, Antonio Negri, Maurício Lazzarato, Paolo Virno e também Dominique Méda. Trata-se de um debate que deve estar cada vez mais presente nos trabalhos e iniciativas do Instituto Humanitas Unisinos, especialmente na área de concentração Trabalho, solidariedade e sustentabilidade.

A todos uma boa leitura e uma ótima semana!

O Software livre na Unisinos

Entrevista com Ney Lemke

IHU On-Line conversou com o professor Ney Lemke, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos sobre as possibilidades dos softwares livres e sua compatibilidade com os comerciais. Lemke é professor do Programa Interdisciplinar de Computação Aplicada e do Curso de Especialização em Softwares livres. É Doutor em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, com tese intitulada “Simulação numérica de sistemas complexos”.

IHU On-Line- Como surgiu o software livre?

Ney Lemke- Para compreender a idéia de software livre devemos inicialmente entender o que é um sistema operacional. O sistema operacional é um software que permite a interação entre o usuário e a máquina. O programa mais bem sucedido é o Windows, sistema operacional produzido pela Microsoft e que ocupa uma parte substancial dos computadores do mundo. Existem outros sistemas operacionais, também fechados, menos populares. Para permitir a comercialização e evitar que seja copiado, o produto é protegido. Esses programas até podem ser copiados, de forma ilegal, mas não podem ser modificados. Isso acabou gerando um monopólio da Microsoft e geralmente as pessoas não conhecem outra coisa, como se fosse aquele o único caminho, uma espécie de designio divino. O americano chamado Richard Stallman resolveu criar um sistema operacional livre para permitir às pessoas que conhecessem computação pudessem adaptar o programa às necessidades que elas tinham em mente. Nem todo software dá conta de uma série de necessidades específicas que a pessoa possa ter, então, se o usuário tem acesso ao código e às engrenagens, ele poderia resolver o problema. Quando se trata de código fechado, a solução é mandar uma carta para a empresa que desenvolveu o software, solicitando alguma modificação e depende da boa vontade, geralmente a empresa não vai atender aquela necessidade. Para desenvolver o software, Stallman se inspirou em um sistema operacional fechado chamado UNIX. Usando única e exclusivamente código livre, ele gerou inúmeros aplicativos importantes para o funcionamento do sistema. Ele desenvolveu e disponibilizou esse código. Mas, havia um risco. Se ele disponibilizasse o código, uma empresa poderia se apropriar dele e fechá-lo, inclusive patenteá-lo e depois processar o original, como tem acontecido diversas vezes. Então, Stallman criou uma maneira de se livrar disso juridicamente que chamou de *copyleft*, uma licença especial de software chamada GPL. Essa licença dá acesso ao código e à distribuição livre, só que se alguém usar o código para implementar um programa, qualquer que seja, se esse programa for distribuído deve ir junto com o código, não se pode fechar o circuito. É uma espécie de vírus, ele vai contaminando. Esse sistema operacional chamou-se GNU, que significa *gnu is not unix*, uma frase auto referente. Depois, o estudante de informática, o finlandês Linus Torvalds implementou o núcleo do sistema que simulava o sistema operacional Unix. Foi algo muito inovador do ponto de vista social. Cada pessoa colabora com um pouco de tempo, e a soma dessas colaborações consegue criar produtos tecnológicos extremamente sofisticados. Da união do núcleo de Torvalds e dos aplicativos de Stallman surgiu o Sistema Operacional Linux ou GNU/Linux.

IHU On-Line- Em que setores da Unisinos podemos encontrar esse sistema?

Ney Lemke- Há um Curso de Especialização em Software Livre. Além disso, o GNU Linux é usado na Graduação da Informática, no Mestrado, em laboratórios do curso de Pedagogia e nos servidores de páginas, html, que guardam as páginas pessoais. Na realidade, o Brasil, do ponto de vista da escala mundial, não tem uma participação muito grande no desenvolvimento de software comercial, no caso de software livre, a comunidade brasileira tem uma participação extremamente importante.

IHU On-Line- A maioria dos computadores na Universidade, então, usam o Windows?

Ney Lemke- Sim. Eu não conheço os detalhes do contrato da Unisinos com a Microsoft. A princípio, os programas livres são muito mais baratos, aliás, são de graça. Mas eles têm

uma série de custos além do código em si, como por exemplo, a compatibilidade. É comum pensar que todas as pessoas usam o sistema da Microsoft, inclusive aqui na Unisinos. Eu, por exemplo, na minha máquina, não tenho Windows. A Receita Federal assume que todos os brasileiros têm Windows e disponibiliza programas para impostos de renda nesse sistema. Os programas que o CNPq também disponibiliza só rodam em Windows. O próprio governo brasileiro se comunica usualmente em formato Word, o que impede a leitura por aqueles que utilizam um sistema operacional livre. É engraçado, um governo dito de esquerda, na realidade patrocina e estimula o monopólio, apesar de ter iniciativas isoladas que promovem o software livre. A vida de quem usa software livre não é muito fácil, os usuários são uma minoria. E como toda a minoria, é excluída. Assim como a Unisinos criou rampas para os deficientes físicos andarem, poderia criar formas de compatibilidade de ambos os sistemas. Quando se assume que existe a diferença, podem se criar condições para elas coexistirem. Os alunos deveriam conhecer as alternativas ao monopólio.

IHU On-Line- O fluxo da informação é realmente incontrolável, foge das mãos de qualquer monopólio?

Ney Lemke- Mais ou menos. Os EUA coordenam o fluxo, pois todas as mensagens passam por eles. Se eu mandar uma mensagem para Portugal, ela vai até os EUA e depois a Portugal. As mensagens são monitoradas. Há um monitoramento dentro das corporações, e em nível mundial. Por isso está havendo uma mudança da linguagem, operada pela comunidade *hacker*. Assim como os presos, ou as pessoas em regimes totalitários, sob ameaça, têm que mudar a linguagem e criar terminologia própria ou mudar o significado das palavras, no mundo *hacker*, por proteção, usa-se uma linguagem própria. Para acessar esse mundo, é preciso conhecer essa linguagem.

SOFTWARE LIVRE E DESENVOLVIMENTO

*Reproduzimos a entrevista com Richard Stallman publicada na revista espanhola **Muy Interesante**, abril de 2003, com o título “Con el software libre, los países generan desarrollo”. Stallman estudou Física em Harvard e trabalhou no Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) antes de se converter no grande libertário da informática. Em 1984, fundou a **Free Software Foundation** e hoje viaja pelo mundo, divulgando o livre uso dos programas de computador. Seu ideário inspirou a criação do GNU/Linux, um sistema operativo de acesso gratuito. A tradução é de nossos colegas do Cepat, de Curitiba.*

Muy Interesante: Por que o software livre?

Richard Stallman: Por que o software livre? Porque a sociedade digital necessita é de conhecimento. O software é acumulativo e não se pode desenvolver bem se há peças que se chocam. O software de propriedade – também chamado software com *copyright* ou com licença – implica um sistema depredador que coloca os usuários numa situação precária. Um programa de informática é como uma receita de cozinha. Quando queres preparar um prato, o normal é que consultes a receita e em seguida dês teu toque pessoal e a partilhares com outros. Não irás segui-la ao pé da letra, podes mudá-la e continua sendo de todos. Imagine se as receitas estivessem numa linguagem secreta e que ninguém pudesse mudá-las ou usá-las sem permissão. Seria horrível. Pois assim funciona o mundo do software de propriedade. Se fizeres uma cópia da receita para um amigo, podem te prender.

Muy Interesante: Free em inglês significa “livre” e também “gratuito”. Free software inclui ambos os conceitos?

Stallman: Não necessariamente. Acima de tudo, implica liberdade em quatro aspectos: usar o programa; estudá-lo e adaptá-lo às tuas necessidades; ajudar os outros a usá-lo, e publicar uma versão melhorada em benefício de todos. O software livre pode ser gratuito ou não, mesmo que a experiência diga que tende a ser muito mais barato que o de propriedade. Uma vez desenvolvido, é muito barato distribuir, porque a sua reprodução praticamente não tem custo. Não há justificativa para os preços que algumas companhias cobram por programas cujo custo já amortizaram mil vezes.

Muy Interesante: Você propõe acabar com a indústria do software?

Stallman: A indústria tal qual a conhecemos pode desaparecer ou se adaptar, para mim tanto faz, porque não necessitamos dela. Seu modelo é anti-social e anacrônico. Só se preocupa em acumular dinheiro. Os programas que são propriedade das companhias, impedem o progresso e significam um roubo da sociedade.

Muy Interesante: Sem indústria haverá trabalho para profissionais da informática? Não cre que os programas parariam?

Stallman: Que besteira! Não existe o GNU/Linux, que é mais seguro e estável que o Windows e que foi elaborado com a colaboração de quase meio milhão de programadores de todo mundo? A demanda de software continuará existindo, e como a maioria dos programas é elaborada sob medida continuará havendo muito trabalho para os profissionais da informática. Não seria nenhum cataclismo, simplesmente se faria um trabalho informático com mais sentido social.

Muy Interesante: Vocês se opõem radicalmente às patentes de programas...

Stallman: Porque são muito negativas. Os programas de informática necessitam muitos elementos e as patentes blindam idéias e sistemas necessários para que se continue melhorando os produtos. As grandes companhias querem que estes conhecimentos sejam usados apenas com licenças e pagamento prévio. Isso é um freio para os programadores independentes, que se movem num campo minado. Mas nós escrevemos os programas usando-os todos os dias, assim como a língua inglesa ou espanhola são construídas por milhões de pessoas, quando as falam todos os dias.

Muy Interesante: Custa imaginar uma indústria feita por trabalhadores voluntários, sem patentes, que cubra um mercado tão vasto e gere dinheiro.

Stallman: Pensar assim é cair na armadilha que as grandes empresas nos colocam: querem que acreditemos que os seres humanos só se movem pelo proveito econômico, porque é isso que elas fazem. O GNU/Linux é uma prova de que existe uma alternativa.

Muy Interesante: Se o software livre é tão atrativo, por que ele ainda é desconhecido para muitos usuários?

Stallman: Inércia social. As pessoas usam o Windows, porque a maioria o utiliza. Isso é um obstáculo para nós, mas a situação está mudando. Dizia-se que o GNU/Linux fracassaria, mas já está instalado em 20 milhões de computadores e funciona muito bem. Cada vez há mais

empresas e governos interessados e logo se incorporarão os usuários particulares, pois já dispõem de processadores de texto, programas de imagem, multimídia...

Em 1992, o finlandês Linus Torvalds, um seguidor da doutrina de Stallman, colocou na Internet o embrião do GNU/Linux, um sistema operativo gratuito. Hoje, Google, o maior buscador da rede, funciona com ele. Também as produtoras de cinema e de efeitos digitais como Disney, Pixar, Light and Magic e Digital Domain o usam. A Intel e Amazon o usam em algumas parcelas de seus complexos sistemas, e a Panasonic e a Sony o incluirão numa próxima geração de eletrodomésticos inteligentes. A Alemanha, Noruega, Nigéria, África do Sul, França, Índia, China e Brasil são alguns dos países que têm em andamento projetos institucionais para usar o Linux e economizar o pagamento de *copyrights*. A Junta de Extremadura, por sua vez, lançou o projeto LinEx, pelo qual distribuiu 80 mil cópias gratuitas deste sistema em sua comunidade e com o qual economizou 13 milhões de euros em licenças.

Muy Interesante: O principal combate entre o software de propriedade e o livre se dará nos países em desenvolvimento?

Stallman: Com o software livre, além de serem independentes, os países podem economizar muito dinheiro que, nas atuais condições, vai parar nas mãos das companhias. Em regiões com pequenos orçamentos para a tecnologia, distribuir livremente os programas é um caminho para gerar desenvolvimento. Por exemplo, em São Paulo, há centros públicos que instalaram software livre nos seus computadores e que se dedicam à educação digital de usuários que não sabiam nada de informática.

Muy Interesante: O auge do software livre afeta especialmente a Microsoft, que controla 95% do mercado de PCs e boa parte da rede. Como se relacionam com esta empresa?

Stallman: IBM, Oracle ou Sun não são melhores, mas a Microsoft é a empresa que tira a maior fatia e que usa mais meios para nos desprestigiar e bloquear. A sentença antimonopólio não serviu para nada, e a resolução de dividir a empresa está desenhada de tal maneira que continue com seu modelo e suas práticas. A chegada de Bush foi decisiva. Como é sabido, a Microsoft contribuiu com muito dinheiro para a sua campanha, e o Presidente lhe devolveu o favor.

Muy Interesante: A Microsoft vai deixar governos e organismos internacionais consultarem o código fonte do Windows para que façam adaptações personalizadas. Isso o surpreende?

Stallman: Não. Os analistas internacionais viram, com razão, que é uma medida para frear a ascensão do GNU/Linux entre as administrações públicas. Além disso, é uma medida limitada que só aplicarão a clientes muito importantes. A Microsoft continuará controlando o Windows e cobrando as licenças a preços estabelecidos por ela. Ter acesso ao código fonte não é tudo.

Muy Interesante: A idéia do software livre pode extrapolar para outros âmbitos, como os livros ou a música?

Stallman: Pode ser aplicado a ferramentas de trabalho ou de consulta, como dicionários, enciclopédias ou manuais, pois as obras de utilidade social devem ser livres. Mas as obras de entretenimento, uma novela ou uma canção, não têm por que sê-lo. De qualquer maneira, sempre deve existir a liberdade para difundi-la sem fins lucrativos.

Muy Interesante: Como vê a pirataria digital?

Stallman: Fazer cópias de um produto alheio e vendê-las para ganhar dinheiro é um crime. Mas a cópia que alguém compartilha sem fins comerciais não tem por que ser um crime. Muitas das medidas que estão sendo tomadas indicam que a batalha legal e política se coloca não contra as organizações que pirateiam, mas contra a idéia e o direito individual de compartilhar.

Muy Interesante: O que pensa das patentes em geral?

Stallman: É um tema complexo. Creio que as tecnologias necessárias para garantir a vida das pessoas, como certos tratamentos médicos, devem ser fabricadas gratuitamente ou a baixo custo. As patentes talvez tenham sentido em regiões ricas como a Europa e os Estados Unidos, mas não em países pobres.

Muy Interesante: Você gosta quando tacham o movimento do software livre de revolucionário e idealista?

Stallman: Isto não é uma revolução. Apenas buscamos uma mudança num aspecto da vida. A respeito do idealismo, é preciso recordar que a única maneira de transformar as coisas é acreditar que podem ser transformadas.

Muy Interesante: Que prognóstico você faz sobre o futuro de sua proposta?

Stallman: Penso que se muitas pessoas entendem a mensagem e adotam a nossa idéia, o software livre terá futuro. Desde que começamos, temos avançado muito.

Muy Interesante: Davi contra Goliás ou Dom Quixote contra os moinhos de vento?

Stallman: Fico com Davi. Dom Quixote é interessante, mas nós sabemos que o nosso inimigo existe e não fazemos nenhuma confusão entre realidade e fantasia. Além disso, Davi conseguiu derrotar Goliás.

INTERNET E A NOVA ECONOMIA

*Manuel Castells, sociólogo espanhol, que há vinte anos ensina na Universidade de Berkeley, Califórnia, é considerado o maior pensador orgânico da era Internet. Ele é autor da obra em três volumes **A Era Da informação: Economia, Sociedade e Cultura**, São Paulo: Paz e Terra, 1999. Publicamos, na íntegra, a entrevista que concedeu ao jornal italiano **La Repubblica**, em 4 de fevereiro de 2001. A tradução e os subtítulos são dos nossos colegas do Cepat, de Curitiba.*

La Repubblica: O Sr. soube prever a “sociedade em rede”⁽¹⁾ muito antes que ela invadisse a nossa vida cotidiana. Quais são as mudanças que o senhor prevê hoje, cinco anos depois?

Castells: A novidade fundamental dos últimos anos é a penetração da Internet em todo o mundo desenvolvido. Nos EUA e na Escandinávia, mais de 50% da população tem acesso à rede. A União Européia está ainda atrasada, mas logo a Internet atingirá 75% da população. As mudanças na organização das empresas e o nascimento de uma economia em rede desencadearam, nos EUA, os aumentos de produtividade que são a verdadeira base da *New Economy*. Isso a faz ser um fenômeno de primeira importância e não somente uma bolha. Na

¹.- *Sociedade em rede* é o título do primeiro volume da trilogia mencionada na nota introdutória (nota do IHU On-Line).

Europa, existem uma rigidez institucional e uma reticência em inovar que atrasam a velocidade da mudança. Mas também o Velho Continente entra na *New Economy*, com os seus problemas e as suas promessas.

2000-2010: a grande transformação socioeconômica

La Repubblica: Qual será a segunda grande onda?

Castells: Não faço profecias, mas algumas tendências estão aí. A explosão do acesso móvel à Internet que aumentará a colocação em rede de toda e qualquer coisa. A difusão da banda larga que será a infra-estrutura básica da *network-society*. A reestruturação das relações industriais e do *Welfare State*. A transformação do sistema de ensino sob o impulso do novo paradigma tecnológico. Estamos somente no início de uma extraordinária transformação socioeconômica. Os anos 90 foram a fase da difusão das novas tecnologias. O período 2000-2010 verá uma mudança econômico-social em vasta escala.

O impacto da Internet nas sociedades

La Repubblica: Há uma elite cultural – mais europeia que americana – que tem uma visão apocalíptica da *New Economy*: ela vê uma sociedade sempre mais atomizada.

Castells: As elites tendem a rejeitar aquilo que elas ignoram. A comunicação global, horizontal e interativa ameaça o status delas e a sua função como produtores de mensagens culturais. Hoje já temos à disposição uma grande gama de pesquisas sobre os efeitos sociais da Internet e elas demonstram que os temores são infundados. Os dados indicam que quem usa a Internet é socialmente mais inserido do que aquele que não a usa. Ele não somente é ligado eletronicamente, mas também mantém relações mais ricas. Internet subtrai o tempo da televisão e é curioso ver que isso é contestado pelos mesmos que atacavam a TV. Naturalmente, a Internet não é melhor do que a sociedade que a usa. Há sites pornográficos e nazistas. Internet é o meio fundamental de comunicação na nossa sociedade. Nada mais, nada menos. Dessa maneira, ela organiza e expressa todas as nossas tendências e nossas contradições.

La Repubblica: Inclusive o triunfo do capitalismo?

Castells: Certamente. Vivemos num Planeta que, pela primeira vez na sua história, é inteiramente capitalista. Mas a Internet exprime e organiza também os movimentos internacionais de resistência à globalização. Internet é um terreno de batalha e não o enésimo instrumento do domínio imperialista. As visões apocalípticas nascem de um misto de ignorância, de demagogia e da tentativa de preservar os bastiões de uma elite cultural que não tem mais contato com as novas gerações.

A ‘nova economia’ criou mais trabalho

La Repubblica: Na crítica à *New Economy* é recorrente o tema das desigualdades sociais.

Castells: Uma é certa: a *New Economy* criou trabalho, mais trabalho do que nunca. É singular que a esquerda europeia continue acreditando nos demagogos que teorizavam o “fim do trabalho” nos EUA⁽²⁾, no mesmo momento em que a economia americana alcançava o mínimo

². Referência a Jeremy Rifkin e ao seu livro *O Fim dos Empregos*, Ed. Makron Books, São Paulo, 1995.

histórico de desemprego dos últimos trinta anos e com uma crescente participação das mulheres no trabalho. É verdade que alguns aspectos da *New Economy* acentuam os riscos da desigualdade e da exclusão social. As diferenças nos níveis de instrução e de flexibilidade no trabalho, podem se traduzir em profundas desigualdades. O Vale do Silício tem redutos de pobreza no seu interior. Por isso necessitamos de políticas públicas capazes de corrigir as desigualdades na sua origem – na educação e no acesso às tecnologias – e ajudar àqueles que não conseguem se adaptar ao ritmo frenético da *New Economy*. É necessário que se abra um amplo debate coletivo sobre o melhor modo de usar os benefícios desta criatividade e produtividade.

Internet e democracia

La Repubblica: O nascimento de gigantes empresas de telecomunicação como a América On-line- Time Warner, a crescente concentração do acesso à Internet e à informação não são um perigo para a democracia?

Castells: O processo de concentração existe mas a Internet não é controlável. A expansão das redes sociais e de informação *on-line* quebra os monopólios dos meios de comunicação. Eu posso me comunicar com o mundo sem ter necessidade de passar por um conglomerado de meios de comunicação. A Internet é o primeiro meio de comunicação que pode fugir ao domínio dos impérios dos meios de comunicação. Usando linhas telefônicas, trocam-se idéias e imagens sem nenhum controle. A liberdade de informação nunca foi tão grande. O perigo para a democracia não vem dos meios de comunicação, mas do sistema político, porque por todo o mundo a classe política passa por uma profunda crise de legitimidade: os cidadãos não mais confiam nela. A mídia difunde escândalos, mas a política dos escândalos nasce no vértice das instituições, onde se usam os meios de comunicação como armas do nosso tempo.

A Internet e o seqüestro da vida privada

La Repubblica: E as ameaças para a *privacy* (a vida privada)?

Castells: Este é o principal problema na Internet: uma vez que as informações são *on-line*, não há mais privacidade. Nos EUA, os *Internet service provider* vivem vendendo estas informações. A tecnologia de *encryption* pode proteger a privacidade, mas os governos a obstaculizam sob o pretexto que isso pode ajudar os criminosos. Os governos buscam frear o desenvolvimento libertário da Internet. A defesa da *privacy* é, ao mesmo tempo, uma batalha contra a exploração comercial das nossas vidas e contra a última tentativa de os governos nos controlarem.

Vale do Silício: concentração de tecnologia e conhecimento

La Repubblica: O Sr., europeu, há mais de vinte anos trabalha na Califórnia. Por que há meio século as revoluções tecnológicas nascem sempre aqui?

Castells: De um lado, é um fenômeno estudado e conhecido da teoria do desenvolvimento. Uma vez que se parte por primeiro, tem-se uma vantagem no prever os estágios seguintes da revolução tecnológica. Nos anos 50, não era evidente que nascesse o Vale do Silício: os financiamentos da Defesa para a pesquisa e a Universidade de Stanford foram fatores importantes. Depois o nascimento do *venture capital*, especializado em lucrar graças à indústria tecnológica, ajudou a financiar as sucessivas ondas de inovações: esta é uma vantagem decisiva da Califórnia sobre a Europa. O espírito de empreendimento, ao contrário, não é

californiano, pois são empreendedores do mundo inteiro que vêm para cá. Um terço das empresas do Vale do Silício são dirigidas por indianos e chineses. Se acrescentamos os italianos, ingleses, franceses, russos, israelenses, mexicanos, a maioria das empresas inovadoras são criadas pelos estrangeiros.

La Repubblica: E por que eles vêm para cá?

Castells: Porque a tecnologia e o *know how* estão já aqui, porque um terço do *venture capital* americano está na Baía de São Francisco, e porque este país, diferente da Europa, quer os imigrantes. As políticas favoráveis à imigração e a abertura da cultura californiana para o resto do mundo, atraíram ondas de imigrantes-empreendedores que são a fonte essencial da inovação e da riqueza desta área. Além disso, há as grandes universidades: Stanford, Berkeley e tantas outras. Enquanto a Europa tiver um sistema universitário baseado na burocracia, ela não poderá ser a vanguarda na inovação.

Movimento antiglobalização: movimento fundamental

La Repubblica: Há anos o Sr. começou a estudar os movimentos contestadores que depois confluíram no “povo de Seattle”. Qual a avaliação que faz, hoje, destes movimentos? Há uma relação entre estes movimentos e os *hackers* informáticos?

Castells: Este movimento contra a globalização é fundamental na nossa sociedade. Não obstante os seus excessos, ele provoca um debate salutar sobre o significado e as finalidades da *New Economy*. E é um movimento organizado por dentro e através da Internet. Ou seja, este movimento, sendo um *network*, ele não poderia existir sem a Internet. Os *hackers* – que não devem ser confundidos com os piratas cibernéticos – são uma outra coisa. A cultura dos *hackers* é guiada pela criatividade, pelo gosto da invenção tecnológica, a liberdade. A expressão mais importante disso é o movimento Linux. Por isso, de um lado, existe a cultura libertária que produziu o movimento *hacker*, uma das culturas fundadoras da Internet. De outro lado, todas as expressões críticas encontram na Internet um terreno privilegiado, um instrumento de liberdade. A Internet é uma tecnologia libertadora, que nasceu do cruzamento entre uma elite meritocrática e uma contracultura. Mas uma vez que nasceu a Internet, os seus próprios usos, exatamente porque são livres, refletem uma inteira gama de valores humanos, inclusive tendências mais obscuras, que destroem a liberdade. O problema não é a Internet: o problema somos nós.

NA ERA DO HACKER ALTRUÍSTA

*Reproduzimos o artigo de Rodrigo Amaral, em que comenta o livro **A Ética Hacker e o Espírito da Era da Informação**, de Pekka Himanen, Rio de Janeiro: Campus, 2001. O texto foi originalmente publicado no jornal **Gazeta Mercantil**, em 4 de maio de 2001. Os subtítulos são nossos.*

“Antes de ser transformado pela mídia em sinônimo de trombadinha virtual, o termo hacker era utilizado para designar o sujeito que dedica sua vida a uma grande paixão: a programação de computadores. Um grupo crescente de profissionais continua defendendo essa utilização original da palavra. São pessoas que passam horas em frente do computador, encontram soluções engenhosas para os problemas mais complicados e ajudam a humanidade a conseguir importantes avanços tecnológicos”.

A filosofia hacker

Será Bill Gates um deles? 'Não!', vai responder de forma indignada qualquer hacker autêntico que se preze. 'Bill Gates é o inimigo número um dos *hackers*', diz o filósofo finlandês Pekka Himanen no livro *The hacker Ethic*, um misto de manifesto político-filosófico e estudo sociológico sobre a era da informação. Para ele, Bill Gates pode até ter sido um hacker no começo de sua carreira, mas no meio do caminho deixou de lado os ideais da categoria para se dedicar à busca desenfreada por dinheiro e poder. Com isso bateu de frente com a filosofia dos verdadeiros *hackers*, que, segundo Himanen, prega que trabalho deve sempre trazer o máximo de prazer, sem se tornar uma obsessão. 'Quando o dinheiro se transforma no objetivo mais importante de alguém, a paixão deixa de ser um critério essencial para as escolhas profissionais', afirma o filósofo finlandês.

A ética hacker no lugar da ética protestante de Max Weber

Himanen não deixa de ser um candidato bem simbólico ao posto de 'Adam Smith' de um mundo pós-capitalista baseado na tecnologia da informação. Como todo gênio de computador que se preze, trata-se de um prodígio precoce: ganhou seu PhD em filosofia aos 20 anos de idade e hoje, antes mesmo de chegar aos 30, é uma das estrelas da Universidade de Berkeley, nos EUA, ponto de referência para as teorias sobre a 'era da informação'. E também não falta ambição em seu trabalho. Himanen sugere que a ética dos *hackers*, no mundo globalizado, pode tomar o lugar dos valores protestantes que, na definição de Max Weber, constituíram o segredo do sucesso do capitalismo tal como o conhecemos hoje. Uma tarefa e tanto, mesmo considerando que o grupo de *hackers* (alguém certamente vai se sentir tentado a usar a palavra *nerds*) que está trabalhando neste sentido inclui cérebros como Linus Torvalds, o criador do sistema operacional Linux (uma alternativa gratuita ao Windows), e Steven Wozniak, um dos fundadores da Apple. Além disso, esse pessoal conta com uma ferramenta com que os primeiros capitalistas nem sonhavam: as novas tecnologias de comunicação, simbolizadas com tanta força pela internet. Sua ideologia é uma mescla de libertarianismo com altruísmo baseada sobretudo na liberdade de transmitir e receber informações. Enquanto o protestantismo, segundo Weber, centralizou a vida das pessoas no trabalho e transformou a busca por riquezas em algo moralmente justificável, o *hackerismo* elaborado por Himanen considera que o mais importante é ganhar a vida fazendo o que dá prazer, mas tendo em mente o bem-estar da humanidade.

'Hackerismo capitalista' um meio de ajudar os explorados?

É claro que algum pragmatismo pode ser útil para fortalecer os ideais do movimento. Tome-se o caso de Steven Wozniak e a relação dos 'verdadeiros *hackers*' com o dinheiro. Aos 29 anos de idade, Wozniak deixou o comando da Apple para se dedicar ao que considerava ser sua verdadeira vocação: difundir o uso de novas tecnologias entre jovens e as populações carentes. Hoje ensina informática para crianças e adolescentes da Califórnia. Deixar o comando de uma das maiores empresas do mundo para se tornar professor é uma atitude digna de qualquer hacker. Mas vale lembrar que, ao sair da Apple, Wozniak já valia pelo menos US\$ 100 milhões - o que, convenhamos, lhe deu uma certa tranquilidade para perseguir boas obras. O caso simboliza o que Himanen chama de '*hackerismo* capitalista' e mostra que ninguém está pensando em adotar posições fundamentalistas, pelo menos no que diz respeito ao dinheiro. 'É possível direcionar recursos da economia tradicional e egoísta para ajudar aqueles que são explorados por ela', diz.

Os valores *hackeristas*

Mas, se alguma concessão pode ser justificada no que diz respeito a ganhar dinheiro, em outros pontos Himanen adota posições bem menos conciliadoras. Como na questão dos horários de trabalho. Um hacker, diz ele, precisa de liberdade para utilizar todo o seu potencial criativo, e por isso não pode se submeter a uma rotina de oito horas por dia definida por um superior hierárquico. Outro valor considerado inegociável é o da privacidade. *Hackers* são a favor de que se libere o uso de sistemas de codificação que evitem que as empresas obtenham informações sobre as pessoas com base na internet ou em transações feitas eletronicamente, como pelo cartão de crédito. 'Em sociedades desenvolvidas, as empresas tendem a ser uma ameaça maior à privacidade das pessoas que os governos', afirma. A posição *hackerista* em relação à autoridade também não tem nada de reverencial - a idéia é que cada um parta para a ação para fazer valer seus ideais, sem esperar que o governo aja primeiro. O que, para Himanen, não reflete de modo algum o tão criticado egoísmo da sociedade pós-moderna. 'No *hacker*, o impulso individualista é contrabalançado por uma forte ênfase na comunidade.'

A propriedade intelectual deve ser coletiva

Mais importante, e com maior repercussão imediata, é o pensamento *hacker* no que diz respeito à propriedade intelectual. A posição de Himanen e outros teóricos, como o americano Richard Stallman, é categórica: não se pode aceitar que alguma empresa ou entidade monopolize qualquer tipo de conhecimento. O desenvolvimento do programa Linux, obra de centenas de programadores que se associam livremente pela internet e podem utilizar para outros fins qualquer parte do trabalho efetuado até o momento, é uma aplicação prática dessa filosofia. O modelo, segundo Himanen, não tem nada a ver com teses comunistas ou anarquistas: trata-se de algo que já funciona há muito tempo na comunidade científica e não deve ser alterado só porque alguns avanços científicos podem trazer lucros gigantescos para as empresas. A própria internet seria resultado desse tipo de mentalidade.

O mesmo vale para as patentes – no futuro teremos '*biohackers*'

A filosofia também pode ser aplicada ao caso das patentes de remédios para combater a Aids. 'Este é um caso extremo, em que a ganância por lucros está causando sofrimento para milhões de pessoas. Eticamente, a posição de quem defende essas patentes é totalmente insustentável.' *Hackers*, para ele, não são encontrados só na informática, mas em todas as áreas do conhecimento humano. Basta serem pessoas que defendam o livre fluxo de informações e tenham uma gigantesca paixão pelo que fazem. 'Acredito que, no futuro, vamos ter '*biohackers*' desenvolvendo remédios para o bem de todos', afirma Himanen, que lembra que algo parecido já ocorreu na controvérsia do genoma humano, quando o cientista James Kent escreveu 10 mil linhas de código genético em apenas um mês. Isso tudo para que a equipe financiada com dinheiro público recuperasse o atraso em relação à empresa privada Celera, garantindo que uma quantidade maior desse conhecimento seja de livre acesso para a comunidade científica.

Uma utopia?

'Por meio de um modelo aberto grandes resultados podem ser obtidos graças à cooperação direta entre indivíduos', diz Himanen. 'O único limite é a nossa imaginação.' Mas é de se perguntar se todas essas idéias vão ter efeitos concretos na vida das pessoas, ou serão finalmente relegadas ao já extenso repertório de utopias que jamais viram realidade. Vale

lembrar que a comunidade que adota os princípios do *hackerismo* é apenas uma reduzida parcela do total de internautas, que, por sua vez, constituem cerca de apenas 5% da população mundial. A aposta talvez seja na capacidade multiplicadora de todas essas novas tecnologias da informação. Mesmo com uso ainda limitado, a internet já está promovendo extensas mudanças na vida das pessoas, incluindo de quem jamais chegou perto de um computador. E, como lembra o sociólogo Manuel Castells, a própria era industrial jamais se espalhou uniformemente por todo mundo, mas seus efeitos, sim”.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

“PARA MUDAR O PAÍS, LULA TERÁ DE QUEBRAR OVOS”

*O cientista político José Luís Fiori, que ficou conhecido como um dos mais severos críticos do governo Fernando Henrique Cardoso, diz que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai ter que “quebrar ovos” se quiser mudar o rumo e a História do país. Professor de economia política da UFRJ e da Uerj, autor de vários livros, dele já publicamos um artigo no **IHU On-Line** número 41, de 4 de novembro de 2002, um artigo na edição número 57, de 28 de abril de 2003, um outro artigo na 58ª edição, de 5 de maio de 2003 e uma entrevista na edição número 64, de 16 de junho de 2003.*

*Reproduzimos a entrevista com ele publicada no jornal **O Globo**, em 3 de agosto de 2003.*

O governo Lula está enfrentando tempos mais conturbados do que se esperava?

José Luís Fiori: Os analistas devem refazer seus conceitos e começar a se habituar com a nova realidade política do país, porque a Era Lula será inevitavelmente um tempo de fortes trepidações, e seu governo um espaço permanente de divergências, conflitos e negociações. Uma verdadeira guerra de posições, e também um complexo jogo de xadrez. O problema tem raízes estruturais muito conhecidas, começando pela distância abissal que separa os ricos dos pobres no Brasil, e sua distribuição desigual dentro de uma Federação extremamente assimétrica. Para não falar da heterogeneidade do mundo assalariado, público e privado, e de sua distância da população excluída de todos os mercados. Verdadeiros fragmentos sociais, às vezes rígidos, às vezes tão mutantes que impedem a consolidação de classes e grupos de interesse mais nítidos, todos tão desiguais que fica quase impossível a negociação e os acordos, para não falar dos consensos e “concertações”. É nesse ponto que se encontra a dificuldade essencial de um projeto ou governo de esquerda, ou centro-esquerda, porque não há como aumentar a taxa de igualdade de uma sociedade como esta, sem refazer os contratos e as instituições que consagram e congelam esta galáxia de interesses assimétricos.

Está difícil conciliar as forças heterogêneas que elegeram o presidente Lula e formam seu governo?

Fiori: A construção de um pacto nacional pela retomada do desenvolvimento, durante a campanha eleitoral de 2002, trouxe para dentro da coalizão vitoriosa e do próprio governo Lula forças que convergem em alguns pontos, mas que também se opõem em muitos outros. Em alguns casos é uma oposição entre interesses contraditórios, que se situam dentro do próprio mundo do trabalho. Mas, em muitos outros, uma oposição entre interesses excludentes e muito

próximos daquilo que já foi chamado, em outros tempos, de luta de classes. Mas o quebra-cabeça não se esgota neste ponto, porque dentro do próprio PT sempre coexistiram grupos com posições ideológicas absolutamente distintas. Basta notar, por exemplo, a força que sempre tiveram as posições anti-estatistas ou “basistas”, enraizadas no espírito dos anos 60, mas muito próximas, do ponto de vista prático, das propostas neoliberais; ou mesmo das posições anti-desenvolvimentistas, que permaneceram como um trauma da luta contra a ditadura militar. Para não falar do pensamento econômico ortodoxo e neoclássico, que marcou a reflexão de muitos economistas do PT, apesar da oposição ferrenha que o partido fez, durante os últimos oito anos, à política econômica ortodoxa do governo Cardoso-Malan.

Como são percebidas essas oscilações e divisões internas do governo?

Fiori: É natural que a direita conservadora veja tudo isto como uma enorme confusão, e como uma permanente ameaça às regras e aos contratos generosos que foram estabelecidos pelo governo anterior. E tem alguma razão, porque não há nenhuma possibilidade de fazer mudanças institucionais ou socioeconômicas importantes, sem que alguns contratos sejam modificados em muitos níveis que não apenas no mundo do trabalho. Mas esta também é uma situação difícil para os setores de esquerda que convivem com dificuldade com as oscilações do conflito e das negociações, das concessões e dos retrocessos que acompanham, inevitavelmente, todos os projetos de mudança social e econômica, realizados em condições democráticas. É muito difícil desfazer-se da fantasia dos modelos e das soluções rápidas e indiscutíveis, ou conviver com um processo onde não se distinguem com clareza as etapas, nem se vê no horizonte próximo, um final glorioso.

É isso o que tem acontecido, por exemplo, no processo de negociação das reformas?

Fiori: Neste momento, é o que está se assistindo no debate nacional em torno da reforma da Previdência Social. Trata-se de um projeto de natureza claramente fiscalista, que atende a compromissos assumidos com o FMI e supõe enviar sinais positivos para os investidores internacionais. Mas, simultaneamente, é um projeto que sempre esteve presente nos programas do PT, acalentado há muito tempo pelo seu segmento sindical privado e paulista, e do agrado do seus setores anti-estatistas. Ainda que estivessem na contramão dos outros setores que quisessem reconstruir o Estado desmontado pelo privatismo tucano. O que estamos assistindo é apenas o começo deste processo, pois logo teremos negociações muito complexas, em torno da reforma tributária, ainda que sem a presença direta dos movimentos sociais e sindicatos. As origens do conflito, embora antigas, tiveram seu agravamento na década de 90, quando as políticas de abertura e desregulamentação da economia brasileira instigaram uma concorrência à morte entre as regiões, os estados e os municípios, pela conquista dos investidores. Tais políticas instigaram também uma luta de todos contra o governo central que acabou por estrangular as unidades de poder subnacional com sua política de arrocho fiscal e monetário. Este quadro se mantém até hoje, e neste contexto de “guerra fiscal”, como obter um acordo entre unidades federativas que têm interesses reais tão diferenciados?

Quais os próximos conflitos que se anunciam?

Fiori: Novos conflitos virão quando o governo avançar em sua agenda de reformas da legislação trabalhista, das agências regulatórias, do Poder Judiciário, do sistema partidário etc. Em todos estes casos, a resultante dependerá da capacidade do governo de gerenciar os conflitos, sem cair na tentação fácil da repressão ou do abandono de suas próprias posições

estratégicas. Existem, contudo, dois conflitos que serão inevitavelmente mais duros e permanentes, se o governo enfrentar os interesses das duas partes mais importantes e resistentes da direita, ligadas, respectivamente, à terra e ao dinheiro.

Como o senhor analisa a radicalização dos conflitos no campo?

Fiori: No caso da terra, a própria conjuntura econômica do país, com desaceleração do crescimento, o aumento do desemprego e a queda da renda do trabalho tende a radicalizar a situação social do campo, de forma independente ou até mesmo por cima do próprio MST. Hoje, ao contrário da década de 60, a discussão da reforma agrária passa longe do agro-business, responsável por grande parte das exportações brasileiras, e por isto atinge muito pouco o núcleo duro do capitalismo agrário brasileiro. Mas, mesmo assim, vem provocando uma reação conservadora tão nervosa que às vezes lembra uma certa histeria coletiva, animada por parte da imprensa brasileira, e que presenciamos nos meses anteriores ao golpe militar de 1964. Na verdade, é um projeto que atinge, sobretudo, setores de baixa produtividade, mas que dispõem de uma capacidade de resistência secular, quase atávica, responsável pelo Brasil ser ainda um dos poucos países do mundo onde jamais houve uma verdadeira reforma agrária. Esta relativa marginalidade dos interesses afetados poderia facilitar o processo de negociação, se o governo não estivesse de mãos atadas pelo seu próprio arrocho fiscal, em mais um caso de conflito intensificado pela política macroeconômica conservadora.

Esta não é uma amarra também para outras iniciativas do governo?

Fiori: Pode-se dizer que todos os caminhos apontam para um mesmo conflito central, com os interesses da velha e da nova direita financeira, sintonizadas com as posições do Banco Central, do Ministério da Fazenda e com as teses clássicas do FMI. Dentro do governo, seu enfrentamento mais visível é com o bloco da “esquerda desenvolvimentista”, muito mais frágil e desarticulado, apesar de retoricamente majoritário.

Qual a importância da disputa entre esses dois blocos?

Fiori: Entre os dois blocos não se trava um debate teórico ou acadêmico, muito menos uma discussão sobre alternativas técnicas. O que existe é um confronto entre dois projetos absolutamente distintos para o Brasil, apoiados por grupos de interesse antagônicos. Neste momento, por exemplo, o governo está anunciando um Plano Plurianual, válido até 2007, e um audacioso programa de investimentos em infra-estrutura, liderado pelos recursos públicos. São duas tentativas de sair das cordas, ampliando os horizontes e definindo objetivos estratégicos de médio e de longo prazos. Mas ninguém duvida de sua incompatibilidade com a política econômica ortodoxa do próprio governo. Por tudo isto, quase todos já dão como certo que os dois planos serão vetados, ou transformados apenas num menu de alternativas a ser oferecido ao capital privado. O mesmo que fez sem sucesso, várias vezes, o governo Cardoso-Malan, apesar da conjuntura mais favorável do ponto de vista da disponibilidade de capitais internacionais.

Isto significa que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, continuará ditando uma política econômica ortodoxa?

Fiori: Aqui se trata de uma questão de decisões de governo e não de pessoas. Neste caso elas são quase irrelevantes. Trata-se de uma opção de política econômica que atinge e bloqueia as ações de todos os demais segmentos da máquina estatal. Por isto, independentemente de quem ocupe os cargos, este tipo de política macroeconômica acaba tendo uma centralidade

autoritária. Foi essa ação que John Williamson percebeu, já há algum tempo, como sinal positivo em artigo publicado em 1993, "A Democracia e o Consenso de Washington". Para Williamson, a sobrevivência dos regimes democráticos, em países submetidos às políticas econômicas ortodoxo-liberais, supõe que os atores políticos e econômicos de cada país aceitem previamente que só existe uma, e apenas uma, política econômica científica e eficaz. Com isto poderiam, ao estabelecer entre si uma espécie de armistício, eliminar, definitivamente, o tema da política econômica das discussões e das competições eleitorais, e do debate democrático. Com isto, dizia Williamson, os investidores teriam assegurado que qualquer governo eleito pelo voto universal manteria a mesma política econômica, sem atingir os seus interesses materiais. E estaria resolvido para sempre o velho problema da credibilidade. O pequeno detalhe esquecido por Williamson é que neste "armistício macroeconômico" que ele propõe, todos os ônus ficam por conta dos não investidores, ou seja, da maioria da população que sofre diretamente os efeitos de uma economia que não cresce e de uma sociedade cada vez mais desigual e excludente, sem qualquer perspectiva de mobilidade social. E, pior, sem nenhuma expectativa de que o modelo liberal-ortodoxo se transforme no seu contrário, isto é, através de um desenvolvimento espontâneo e gradual.

O governo Lula está sem alternativa?

Fiori: Não necessariamente. Cedeu excessivamente na primeira hora em que sua estrondosa vitória eleitoral lhe dava o direito e a força para definir as exigências e os sacrifícios pedidos a cada um dos segmentos da sociedade brasileira, incluindo o mundo do capital. Até porque ele é menos arisco do que se imagina e muito mais flexível e eclético do que dizem seus defensores locais, em geral economistas ligados ao setor financeiro. Esse momento, contudo, já é passado, e agora, para sair da armadilha, o governo terá que inventar novos caminhos que contornem as restrições que se auto-impôs. Uma tarefa que não será nada trivial, já que a médio prazo as políticas ortodoxas se tornam prisioneiras de si mesmas e de seu próprio imobilismo, ainda que as economias já estejam em franco processo de crise recessiva. Mas esta é uma história que não acabou, apenas começa. Uma história cujo desfecho, ainda repleto de possibilidades, se dará muito mais pela ação política do que pela opção técnica. Mas não há dúvida que será necessário ao governo Lula quebrar ovos, também do lado do capital, se quiser mudar o rumo e a História deste país. É muito difícil desfazer-se da fantasia dos modelos e das soluções rápidas, ou conviver com um processo onde não se vê no horizonte um final glorioso. Todos os caminhos apontam para um mesmo conflito central, com os interesses da velha e da nova direita financeira

A marginalidade dos interesses afetados pela reforma agrária poderia facilitar a negociação, se o governo não estivesse com as mãos atadas pelo arrocho fiscal. Lula cedeu excessivamente na primeira hora, em que sua estrondosa vitória eleitoral lhe dava a força para definir os sacrifícios pedidos a cada segmento social.

MEMÓRIA

A MOÇA COM O MODEM MORREU A HACKER ST. JUDE

Traduzimos e reproduzimos o artigo publicado no jornal italiano *Il Manifesto*, em 26 de julho de 2003, recordando a vida de Jude Milhon, a Saint Jude.

“Os *hackers* perderam a sua santa protetora”: assim intitulava há alguns dias o sítio da revista **Wired** (www.wired.com) o anúncio da morte de Jude Milhon, *hacker*, feminista e ativista dos direitos do internauta. Se ela não conseguiu vencer o câncer mas o seu pseudônimo, Saint Jude, permanecerá por muito tempo nos meandros da rede. Rara figura feminina num ambiente dominado por homens, Saint Jude, programadora informática e expoente dos ‘Computer Professional for Social Responsibility’, acreditava no potencial de emancipação do modem. Ela dizia: “Quando estás no ciberespaço ninguém sabe de que sexo és”. Com isto, não queria dizer que a rede é um lugar adaptado às mulheres, porque anônimo, livre do fardo do corpo e da identidade sexual. Nem pensava que fosse uma zona franca livre de reacionários e de machistas. Antes, ela afrontou a rede como um lugar de experimentação e de descoberta de si mesma.

A sua mensagem era, antes de tudo, voltada às mulheres como ela: “Devemos pensar a Internet como uma escola que muitas de nós, moças, nunca tivemos oportunidade de freqüentar e usá-la para superar o medo de não sermos o suficientemente educadas, fortes, belas, espertas e outras coisas mais”, e prosseguia: “As mulheres podem não ser suficientemente lutadoras, mas seguramente são muito competentes para digitar como metralhadoras”. Daqui vem o seu famoso slogan: “*Girls need modems*”, as moças têm direito a um modem.

Para Jude, o *hacking* era “a superação dos limites impostos, dependes do teu governo, das tuas habilidades ou das leis da física”. Uma tese que retorna com toda a força na definição de que a “comunidade *hacker*” mundial usa para definir a sua atividade.

Como ícone de uma época que a viu como uma protagonista, aquela dos anos da “**Community Memory Project**” (a primeira *ágora* virtual criada em Berkeley por Lipkim e Felsenstein entre 1972 e 1974), lhe foram atribuídas, de tempos em tempos, invenção de termos e práticas que são patrimônio coletivo de quem participou dos exórdios (de massa) da rede. O que permanece é, portanto, a sua participação na elaboração da ‘filosofia *hacker*’ como atitude cotidiana, mas de um ponto de vista sexuado. Num de seus livros, ***Hacking the Wetware: the NerdGirl’s pillow book***, escrito em 1994 e publicado logo a seguir com o título ***The Joy of hacker sex*** (título que retoma um famoso livro da comunidade gay americana, ***The Joy of Gay Sex***), ela se voltava a todas as mulheres que queriam iniciar a atividade de *hacking*: “no *hacking* – ela gostava de repetir -, como no sexo, há a atividade de um eu desejoso. E lá onde terminar o conflito mente-corpo, inicia a libertação”.

Hacking por isso como vontade de descobrir, de ser curioso, colocar-se à prova, mas também como conflito: “o *hacking* é uma arte marcial para defender-se do politicamente correto, das leis

invadentes, de pessoas obtusas de qualquer tipo”. Uma metáfora, esta das artes marciais, usada para sugerir a importância de explorar a força do adversário mas, como no *aikido*, tendo o objetivo não de vencer, mas de convencer, pretendo com isso não o exercício da persuasão, mas o fato que não se é nunca completamente vencido ou vencedor e que cada vitória tem sentido se produz um comum melhoramento. Muito filosófico? Não, propriamente. Jude era uma mulher com a cabeça na tecnologia e os pés na estrada. Numa entrevista para a revista **Wired** Jude disse: “Pedras e bastões podem quebrar os meus ossos, as palavras numa tela podem me golpear somente se, e até o ponto, que eu o permito”.

ACONTECE

INCUBAGEM DE COOPERATIVAS

O Prof. Geraldo Alzemiro Schweinberger, da Área de Concentração Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU, participou do *Seminário Nacional sobre Metodologia de Incubagem e Gestão de Cooperativas Populares*, realizado na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, de 29 a 1º de agosto de 2003. Geraldo ministrou a palestra “*Contabilidade como instrumento na gestão de cooperativas*”. O Prof. Paulo Peixoto de Albuquerque, do PPG em Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos, também marcou presença no evento com a explanação “*Processo histórico do cooperativismo no Brasil: experiência e avaliação*”.

PSICOLOGIA E DEMOGRAFIA

Integrante da Área de Concentração Ética, Cultura e Cidadania do IHU, a Profª. Olga Collinet Heredia participou do *29º Congresso Interamericano de Psicologia*, ocorrido de 13 a 19 de julho, em Lima, Peru, na Pontifícia Universidad Católica del Perú. A Profª. Olga abordou o tema *Mulher idosa e sua inserção na sociedade brasileira*. Olga participou desse evento, porque desenvolve um trabalho voluntário, representando a Unisinos, com um grupo transdisciplinar de Porto Alegre, que atua na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, na área da psicologia social. O evento em Lima foi oficializado pelo Ministério de Relações Exteriores Peruano.

SERVIÇO SOCIAL

De 14 a 17 de julho, **Tranquilo Fiametti**, mestre em Serviço Social pela PUCRS, com dissertação intitulada “*Associação de moradores & cidadania e complexidade*”, integrante da Área de Concentração Ética, Cultura e Cidadania do IHU, participou do *Seminário Latino-Americano de Serviço Social: articulação latino-americana e formação profissional*, realizado na PUCRS, em Porto Alegre. Tranquilo Fiametti apresentou o trabalho *Movimentos sociais fortalecem o poder local: a cidadania movida pela complexidade*. O seminário contou com 584 participantes procedentes do Brasil, Uruguai, Argentina, Costa Rica, Venezuela, Colômbia e Portugal.

DESTAQUES DA SEMANA

Livro da Semana

TODD, Emmanuel. *Após o Império. A decomposição do sistema americano*, Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2003. (Original francês: *Après l'empire. Essai sur la décomposition du système américain*, Paris: Gallimard, 2002).

O autor: Emmanuel Todd, francês, historiador, é autor de vários livros. Tornou-se famoso com o livro “**La Chute Finale**” (A Queda Final), onde previu a decomposição do império soviético. Agora, quase 30 anos depois, é o império americano que aparece, na visão de Todd, com seus dias contados.

Com *Após o Império: Ensaio sobre a Decomposição do Sistema Americano*, o historiador vem conquistando as listas dos livros mais vendidos em vários países europeus. *Após o Império* foi lançado em 2002 pela editora Gallimard e logo se tornou um best-seller na França. Foi traduzido e lançado, neste ano, em 11 línguas.

Sobre Todd, *IHU On-Line* publicou uma entrevista intitulada *EUA – Um Império em Decadência*, na edição número 53, de 31 de março de 2003, páginas 23-27.

O jornal *Folha de S. Paulo*, de 13 de julho de 2003, publicou a entrevista que reproduzimos a seguir.

Folha - Os EUA saíram da guerra contra o Iraque com uma vitória soberana. Isso combina com sua teoria de que os EUA estão perdendo seu poder no mundo?

Emmanuel Todd - O Iraque é um país subdesenvolvido, com cerca de 25 milhões de habitantes, saindo de mais de dez anos de um embargo econômico. Isso ilustra uma das teses do meu livro, segundo a qual essa guerra foi uma espécie de "micromilitarismo teatral". Ou seja, a América tem de atacar países insignificantes de algumas regiões do Planeta, tentando mostrar que ela é necessária para o mundo.

Antes da guerra, já observamos uma certa desintegração do sistema diplomático americano. A Alemanha declarou-se contra a guerra, o que foi um dos eventos históricos mais importantes desse processo. Afinal, esperava-se uma certa submissão da Alemanha. Mas, com o "não" dos alemães, foi possível o "não" da França. O "não" da Turquia também foi importantíssimo, pois mostrou a maior proximidade do país com a Europa do que com os EUA.

A questão é: por que ficou fácil dizer "não"? Porque os EUA não têm mais o mesmo poder econômico-financeiro do passado. O dinheiro está hoje na Europa, o que torna difícil para eles fazer ameaças. Agora, após a guerra, o que se vê é a inabilidade dos americanos em controlar o Iraque. Com menos poder econômico, ficará difícil manter o poder militar.

Folha - O Sr. prevê um papel forte da Europa e da Rússia frente ao declínio americano. Mas a Europa, por exemplo, saiu completamente dividida da Guerra do Iraque. A União Européia não tem nem sequer uma política externa comum. Por que o Sr. é tão otimista com o poder da Europa?

Todd - A divisão da Europa na Guerra do Iraque apareceu como algo muito importante, como uma coisa terrível. Mas a América criou um mito em torno do Iraque, apresentando a guerra

como uma coisa importantíssima. Mas eu acredito que ela tenha sido uma encenação, o que torna as discordâncias sobre a guerra algo muito superficial. Sou muito otimista com o futuro da Europa.

Enquanto a Alemanha era um país submisso, aceitando todas as decisões de Washington, não era possível haver uma Europa livre e emancipada. Nada é possível sem a Alemanha pela simples razão de que ela é a maior força industrial do continente e uma das maiores do mundo. Agora a Alemanha está livre. Com isso, a Europa também está livre. Houve desordem, uma periferia em discordância. Mas a população europeia estava totalmente unida na questão do Iraque. Os governos da Alemanha e da França acabaram representando os europeus.

Folha - A ONU também saiu enfraquecida da guerra. Como sua autoridade pode ser restaurada?

Todd - Não acho que a ONU tenha se enfraquecido. Se houvesse um grande problema com o Iraque, poderíamos pensar que a ONU tivesse fracassado. Mas, até agora, não se encontraram armas de destruição em massa no Iraque. Não dá para afirmar, então, que a ONU se mostrou incapaz de resolver um problema que, na verdade, nunca existiu. Mas se a América se tornar o grande problema do mundo - o que é uma das teses centrais do meu livro -, a ONU terá de fazer algo.

Ela terá de impedir que os EUA atuem sozinhos. A ONU tem sua sede em Nova York, e acho, por exemplo, que possa ficar difícil para ela trabalhar lá, próxima dos serviços de informação americanos. A ONU deveria, por exemplo, ter coragem de ameaçar os EUA com a mudança de sua sede, talvez para a Europa, talvez para um país como a Suíça. Penso que a América ainda tem um medo enorme de se isolar, de ser jogada para a periferia do mundo.

Folha - O Sr. já foi um grande crítico da União Europeia, publicando até mesmo um livro contra a introdução da moeda comum, o euro. O que o fez mudar de idéia?

Todd - Primeiramente, porque o euro começou a cair no mercado financeiro. Era uma moeda bonita, mas sem eficiência. Mas a principal razão foram os EUA. No início dos anos 90, logo após o colapso da União Soviética, eu confiava nos EUA, não via a necessidade de combater o poder americano. Mas foi o comportamento estranho e predador dos EUA que me fez ver a necessidade de a Europa se tornar uma nova potência.

Folha - Os EUA deixaram, então, de ser um exemplo de democracia para se tornarem uma ameaça?

Todd - Por muito tempo, a América foi um país independente, com uma economia poderosa, útil para o mundo. Isso foi importante na luta contra sistemas totalitários, como o nazismo. Agora vivemos uma nova situação, na qual os EUA são dependentes do mundo. Fica fácil medir isso, observando o crescimento do déficit comercial dos EUA, hoje em torno de US\$ 500 bilhões.

Ele torna os americanos dependentes de financiamento externo. O "Velho Mundo", principalmente a Europa, precisou da América, não se pode negar. Mas, aos poucos, não precisa mais. A Europa Ocidental é muito próspera, estável. A Rússia deixou de ser uma ameaça para se tornar uma parceira. A mídia, na cobertura da Guerra do Iraque, nos fez pensar que a América é o centro do mundo. Mas a verdade é que, do ponto de vista geopolítico, os EUA podem ser terríveis para o mundo.

Os líderes americanos devem pensar: "O que fazer se nos tornamos dependentes do ponto de vista econômico, se não somos mais necessários no mundo?"

Folha - O Sr. diz que vários países islâmicos estão passando por um processo demográfico e educacional que, necessariamente, os levará, no futuro, para a democracia. Isso significa que uma boa parte do mundo poderia tornar-se democrática sem intervenção de fora. Não é uma visão otimista demais?

Todd - Não falo tanto em democracia, mas em sistemas representativos. A tese já vem de [Francis] Fukuyama, autor de *O Fim da História*. Particularmente, creio que esteja havendo muito progresso em vários países. Em períodos transitórios, as taxas de analfabetismo sobem, assim como as taxas de natalidade, e acontecem as crises, que fazem parte do processo de transformação de populações tradicionais. É quando ocorrem, por exemplo, revoluções. Depois disso, se vê uma fase de estabilização, na qual emergem formas políticas pluralistas.

O Irã é um exemplo óbvio. O país passou por uma revolução que, apesar de religiosa, não impediu a modernização. Durante o regime do aiatolá Khomeini, parou de cair a taxa de natalidade, que hoje é de 2,1 crianças por mulher, a mesma registrada nos EUA. É evidente que o regime está mudando aos poucos. Há uma esquerda e uma direita, reformistas e conservadores. Isso não significa que o país conte com um regime democrático perfeito. Mas acredito que, sem intervenção externa, o Irã se torne um dos primeiros países democráticos do mundo islâmico. É difícil para os EUA admitir esse processo de democratização. Para eles, isso significaria o fim da necessidade de defender o mundo militarmente.

Folha - O Sr. considera o terrorismo internacional um "mito" ou um "fenômeno transitório". Mas grupos terroristas continuam matando e também agem em territórios ocidentais. Como o Ocidente deve lidar com o terrorismo?

Todd - Não digo que o terrorismo não existe. Mas que ele está concentrado principalmente em países islâmicos e que isso tem a ver com aquelas crises transitórias, as fases de transformação que já mencionei. Eu diria até que a única ameaça que vem do mundo islâmico é o terrorismo, pois lá não há nenhum Estado forte do ponto de vista militar. Nos últimos meses, ficou evidente a inabilidade do terrorismo islâmico em atuar fora de seus países.

Houve os ataques de 11 de setembro de 2001, que foram terríveis, mas, desde então, não ocorreu nada no Ocidente. Houve terrorismo em Marrocos, na Tunísia, na Indonésia, no Paquistão. Isso prova para as autoridades ocidentais que é suficiente trabalhar com a polícia, com os serviços de informação, etc. Não se trata de uma ameaça global, não há necessidade de armas pesadas.

Folha - O que os americanos devem fazer para evitar este suposto declínio?

Todd - Trabalhar. Eles devem se concentrar na indústria, na produção. Hoje eles consomem sem produzir. A Europa teve várias experiências de declínio, por exemplo, depois das grandes guerras. A Europa tem uma longa história e sobreviveu a muitas guerras.

Mas a América é um país jovem, sem experiências. Nem sabemos - e aqui falo como historiador - se o país conta com uma sociedade estável. Não sabemos, então, se os americanos terão habilidade suficiente para resolver um problema dessa grandeza. A América deve aceitar os novos desafios, que não são de ordem militar, mas econômica.

Folha - Alguns críticos americanos citam seu livro como um exemplo do antiamericanismo na Europa, particularmente na França. Como o Sr. responderia a eles?

Todd - É um absurdo classificar-me dessa forma, pois até há alguns anos, eu era um grande admirador dos EUA. Talvez até por isso eu tenha menosprezado a questão européia. Venho de

uma família judaica, que se refugiou nos EUA durante a guerra. Minha formação em história concluí em Cambridge, na Inglaterra. A família Todd é conhecida em Paris por sua proximidade com os anglo-saxões e com a América. Mas não gosto de falar de questões pessoais. O importante é a argumentação que está no livro.

Folha - O Sr. faz, em seu livro, algumas menções à América Latina e ao Brasil. Como o Sr. vê o futuro da América Latina ante esse suposto declínio americano?

Todd - Não sou um especialista, vou falar de forma geral. Estou impressionado com a evolução da região. Por exemplo, com a queda das taxas de analfabetismo. Alguns países estão se homogeneizando, saindo de uma transição democrática. Sou muito otimista. Creio que isso possa levar a uma independência maior dos EUA. O Brasil é um caso particular, muito pela questão lingüística. Vejo-o como a grande força da região.

*O jornal **Gazeta Mercantil** de 4, 5 e 6 de abril de 2003 igualmente publicou uma entrevista com E. Todd. Eis alguns extratos da entrevista:*

Gazeta Mercantil - Quais são fatores do desmoronamento americano?

Todd - Os EUA são uma superpotência, têm meios militares enormes, mas seus mitos se evaporam. Sua economia está longe de ser tão dinâmica quanto se acreditava. Esse mito começou a esvaziar com os escândalos Enron e Anderson. Boa parte do crescimento dos anos 80 deixou um déficit comercial gigantesco de US\$ 500 bilhões por ano e dependência financeira de US\$ 1,5 bilhão por dia. Em seguida, na marcha para a guerra, veio o desmoronamento na área estratégica e diplomática. Os EUA ficaram isolados, em minoria na ONU e perderam antigos aliados como a França e a Alemanha. Agora descobrimos que, mesmo a potência do exército americano, repousa em parte, num mito. Grande parte da potência militar americana é herança de fase anterior de poderio econômico. Se a guerra durar no Iraque, vamos constatar que os EUA não têm mais os meios financeiros e econômicos para esse tipo de ação. A dificuldade que os militares americanos enfrentam, a lentidão em colocar um dispositivo militar no Iraque, atacando com forças insuficientes, já é uma medida de ineficácia econômica. Logística rima com economia. Além disso, os EUA são vistos hoje como uma ameaça, que é vivida de maneira diferente pelos diversos níveis da população. Os governantes franceses e alemães vêem a ameaça militar, a desordem de abastecimento energético do Golfo para a Europa e o Japão. Mas para a população européia, e mesmo na Espanha, Itália e na Europa do Leste, onde os dirigentes apoiam Washington, os EUA começam a ser vistos como uma ameaça civilizadora. O conflito de civilização agora não é entre cristãos e islâmicos como imaginava Samuel Huntington. É entre americanos e europeus no interior do mundo cristão. É a combinação de fatores que tornam inevitável uma política de defesa européia e uma provável aproximação com a Rússia.

Gazeta Mercantil - O Sr. não enterra cedo demais a economia americana, motor de inovação, atraindo capitais e mão-de-obra qualificada?

Todd - Nos computadores portáteis, eles são predominantes. Mas na aeronáutica, o Airbus supera o Boeing, no telefone portátil, estão atrasados, metade dos satélites enviados para o espaço são lançados pela Ariane. O mito dos EUA está sendo derrubado. Nos próximos meses, vão convergir a problemática militar e econômica. A questão é saber se os EUA têm meios de fazer uma guerra que dure muito. Nunca vimos um país com enormes déficits fazer guerra por longo tempo no outro lado do mundo. Vivemos uma situação estranha, porque a realidade é

que os EUA vão muito mal. Os próprios americanos descobrem que dependem cada vez mais do resto do mundo, pois não podem viver de sua própria produção. É como nos desenhos animados, em que um personagem corre, chega num abismo e continua a correr no vazio, até olhar para cair e então cair. Se examinarmos o que é realmente a economia americana, ela tomba. Essa tentativa de demonstração de potência militar no Iraque é uma questão para os estrategistas e para os psicanalistas. Cada vez que os EUA têm o sentimento de estar forte, o dólar sobe. Cada vez que parece frágil, o dólar cai. É como se a defesa do dólar fosse exercida pelo Exército.

Gazeta Mercantil - Como explicar a força dos ditos neoconservadores na administração americana?

Todd - Os neoconservadores têm uma ideologia típica do declínio, se refugiando na religião. É o fenômeno de falsa consciência. É curioso esse cruzamento estranho, de um lado, Bush e congressistas rezando e, de outro lado, o terrorismo islâmico. A diferença é que, nos países muçulmanos, os fundamentalistas reagem à modernização. Isso produz crise de transição violenta, mas numa fase de ascensão cultural, de desenvolvimento, é quase como um adeus à religião. Já nos Estados Unidos, o fundamentalismo que observamos é mais um produto de declínio.

APÓS O IMPÉRIO

Por Ivete Keil

*A professora Ivete Keil, do PPG em Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Ciências Humanas da Unisinos, é autora do artigo que publicamos a seguir, sobre o livro **Após o Império**, de Emmanuel Todd. Ivete Keil é doutora e pós-doutora em Antropologia e mestre em Antropologia Social. É autora do livro **Quotidiano e Educação: Fios e Desafios da Escola em Cabo Verde**. Santiago: Unicef, 1998.*

Emmanuel Todd, autor de vários livros de indiscutível interesse, como *La chute finale* (1976), *L'illusion économique* (1999), *Le destin des immigrés* (1994), *L'invention de l'Europe* (1990), entre outros, traz elementos extremamente importantes para se pensar as relações de forças que se delineiam no mundo contemporâneo. Sua obra mais recente *Après l'empire. Essais sur la décomposition du système américain* (2002) no campo da ciência política, apresenta um objetivo bem delineado, isto é, mostrar o declínio do império americano e a estruturação de outros atores econômicos e estratégicos: Europa e Japão, no domínio industrial; Rússia, no domínio nuclear militar. Os Estados Unidos, com um déficit industrial e comercial importante, não mais controlam as verdadeiras potências de seu tempo e no teatro militar, que produzem contra países incapazes de se defender tentam esconder sua própria decomposição e vulnerabilidade econômica, tornando-se um fator de desordem internacional e um novo obstáculo à paz mundial. Em última análise, seguindo uma linha argumentativa e um modelo explicativo formalmente paradoxal, o livro convida a refazer alguns percursos analíticos e tenta redefinir o novo contexto político internacional, encontrando-se com outras obras e seus autores.

Embora não trabalhe exaustivamente, Todd reúne alguns pontos que, não sendo propriamente inusitados, para os leitores acostumados com o tema, pelo menos, são bastante sugestivos. Desmistifica o terrorismo universal, chamando a atenção para os fenômenos associados à

globalização econômica e financeira, sobretudo, a baixa taxa de crescimento e o crescimento das desigualdades no interior tanto das sociedades pobres quanto das sociedades ricas. A noção de terrorismo universal permite aos Estados Unidos redefinirem-se como líder de uma cruzada mundial, escamoteando seu interesse de instalar bases militares em zonas estratégicas e, assim, controlar o fluxo de petróleo que atende à Europa e ao Japão. Este é, sem dúvida, o maior interesse americano, uma vez que o seu suprimento provém da Venezuela, do México e do Canadá, e a crise do mundo muçulmano, sem ajuda externa, tende a se acalmar automaticamente. O autor também enfatiza a progressão cultural que se expressa na generalização da alfabetização de massa e sua conseqüente difusão do controle demográfico. A revolução mental produzida no Planeta, em função da alfabetização, o desenvolvimento educativo concernente, tem como conseqüência o controle da fecundidade. Alfabetização e decréscimo da fecundidade tornam possível a universalização da democracia, desequilibrando, pelo menos parcialmente, as forças oligárquicas mundiais. Outro ponto sugestivo do livro aborda a tendência atual da progressiva regressão das forças universalistas americanas necessárias à dinâmica e estabilidade do império. O motor da evolução dos Estados Unidos, hoje, é a expansão do diferencialismo, diminuindo drasticamente sua capacidade de perceber os outros povos numa dimensão igualitária e, portanto, assimilável. A conseqüência fundamental dessa mentalidade é a perda dos recursos ideológicos necessários ao império. Os Estados Unidos erram ao tratar de modo desigual a Europa e o Japão, seus principais aliados, que juntos dominam a indústria mundial. Erram, sobretudo, no momento em que a Rússia, superando suas crises “pós-descomunização” e o próprio isolamento que queriam os americanos, retorna como importante ator no cenário mundial. Em síntese, o livro mostra que, no jogo planetário, o império americano declina e novas forças (Eurásia) contribuem para a restauração do equilíbrio no mundo. Essas forças demográficas, culturais, sociais e políticas, sem necessidade de grandes estratégias, tendem por si mesmas ao equilíbrio e à tranqüilidade. O que não pode ser esquecido, remarca Todd, é que as verdadeiras forças de equilíbrio são de ordem demográficas e educativas e o verdadeiro poder é de ordem econômica.

Artigo da Semana

*Reproduzimos nesta semana dois artigos de Rubens Ricupero sobre a urgência da Reforma Agrária. Rubens Ricupero é secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Autor de vários livros citamos o último **A ALCA**, São Paulo: Publifolha, 2003. Rubens Ricupero estará na quarta-feira, dia 6 de agosto, proferindo uma palestra em Porto Alegre.*

*O primeiro artigo, “Uma reforma anacrônica?” foi publicado na **Folha de S. Paulo**, em 27 de julho de 2003 e o segundo, “Reforma agrária não é questão de polícia”, na **Folha de S. Paulo**, de 3 de agosto de 2003. Para aprofundar a discussão do tema da reforma agrária recomendamos retomar o artigo de Fábio Konder Comparato, “Impropriedades” reproduzido no **IHU On-Line** número 68, de 28 de julho de 2003, páginas 28-29.*

UMA REFORMA ANACRÔNICA?

Anacrônico, do ponto de vista etimológico, é algo fora do seu tempo próprio. Em geral, é usado para significar que alguma coisa se atrasou e está sendo feita agora, quando deveria ter sido

realizada havia muito tempo. Foi nesse sentido que o senador Nabuco de Araújo, o "Estadista do Império" do livro escrito por seu filho, se referia, em 1870, à abolição gradual da escravatura: "Senhores, esse negócio é muito grave, é a questão mais importante da sociedade brasileira (...). O pouco serve hoje, o muito amanhã não basta. As coisas políticas têm por principal condição a oportunidade. As reformas, por poucas que sejam, valem muito na ocasião, não satisfazem depois, ainda que sejam amplas". Apesar da sabedoria das palavras, teve-se de esperar 18 anos pela abolição plena.

Em 1985, quando começava o governo Sarney, e o congresso da Contag - não se falava tanto em MST- reclamava reforma agrária "maciça", o principal economista agrícola brasileiro, Fernando Homem de Melo, escrevia na **Gazeta Mercantil** dois artigos para mostrar que medida com tamanho grau de radicalidade e abrangência só teria se justificado se tivesse sido feita no passado. O ideal é que a reforma houvesse ocorrido no auge da industrialização brasileira ou após a adoção do Estatuto da Terra, do marechal Castello Branco. Antes, de qualquer modo, da modernização da agricultura no Brasil, de sua radical transformação em atividade altamente capitalizada, intensiva em tecnologia e responsável quase exclusiva pelos melhores êxitos da exportação. Mexer nisso de forma "maciça" naquele instante seria desorganizar o setor talvez mais estratégico do comércio exterior. Restava, segundo o autor, a possibilidade de promover reforma "seletiva" em áreas de conflito agudo ou desaproveitadas.

Quem leu os artigos na época deve tê-los achado razoabilíssimos. Por que, com efeito, convulsionar a agricultura se, de perspectiva estritamente econômica, ela estava preenchendo à risca o seu papel, que é produzir alimentos para a população urbana, gerar divisas para a importação de bens de capital necessários à industrialização, assim como excedente de capital e mão-de-obra para a indústria? Com o tempo, a queda nas taxas demográfica e de fertilidade, o êxodo rural, o alívio da pressão no interior fariam o resto, levando a que prevalecesse no campo panorama semelhante ao dos países avançados: propriedades cada vez maiores trabalhadas por cada vez menos gente. Quem imaginaria que, 18 anos mais tarde, os conflitos agrários estariam explodindo, em vez de desaparecerem, e o MST se teria convertido num dos movimentos de massa mais impressionantes de nossa história?

Ora, nesse período, a agricultura tornou-se incomparavelmente mais moderna e produtiva, a ponto de ganhar foros de nobreza e adotar o desgracioso neologismo de "agronegócio". A demografia não ficou atrás e se desacelerou bruscamente. O que foi, então, que deu errado? O problema é que o país deixou de crescer, após a crise da dívida, antes mesmo da data dos artigos, demolindo a premissa e condição básica da argumentação. Sem crescimento, a indústria não foi mais capaz de absorver o excesso de mão-de-obra expulsa das fazendas pela mecanização, o gado, a soja em larga escala. Até em cidades médias do interior formaram-se cinturões de bóias-frias, com emprego apenas sazonal, reservatório inesgotável de recrutamento dos sem-terra.

Conforme disse Celso Furtado, o desenvolvimento brasileiro é uma "construção interrompida". Pior, pode ser comparado a um fruto, a um organismo vivo, que encruou antes de amadurecer. No desenvolvimento saudável, ao declinar o emprego na agricultura, a indústria, em plena expansão, consome vorazmente os trabalhadores excedentes, tendo, às vezes, até de recorrer a estrangeiros, como na Alemanha e na França de 1950 a 1970. Chega então o momento em que a economia começa naturalmente a desindustrializar-se.

Nessa hora, graças à enorme produtividade industrial, já se atingiu nível de renda alto o bastante a fim de garantir demanda para empregar nos serviços os que deixaram de trabalhar nas fábricas.

No Brasil e na América Latina, não é essa modalidade sã que está acontecendo, mas a desindustrialização precoce, a indústria que morreu na praia, antes de ter logrado gerar o nível de renda per capita exigido pela economia de serviços. Os setores industriais remanescentes só conseguem manter o nariz fora da água graças a ganhos de produtividade obtidos com as despedidas maciças. O desenvolvimento truncado traz como subprodutos o exército de reserva dos bóias-frias exigindo voltar à agricultura, os ex-operários que formam o essencial dos 13% de desempregados do país e os 20% da Grande São Paulo, as massas de camelôs que ocupam praças e ruas, os incontáveis trabalhadores informais que vivem de biscates. Deixo de fora as óbvias implicações em termos de violência, drogas, crime.

Essa situação não é imposta pela natureza das coisas. É consequência de escolha política, a de resignar-se à armadilha financeira externa e interna, à ditadura dos mercados de dinheiro. Delas só se sai com taxas de crescimento altas, de mais de 5% ou 6% por anos a fio. Como tais taxas não são geralmente aceitáveis aos mercados financeiros, os que deles fazem os árbitros de última instância condenam a sociedade, mesmo sem querer, a um destino de desumanização e barbarismo. E, nesse futuro de sangue e lágrimas, por mais que o Incri distribua lotes, por mais que se reduza a taxa demográfica, a fila dos invasores de terras e prédios não cessará de ser engrossada pela única indústria ainda eficiente: a usina de produção de pobres e desesperados.

REFORMA AGRÁRIA NÃO É QUESTÃO DE POLÍCIA

Nem problema econômico nem questão de polícia: a reforma agrária é, no Brasil, problema eminentemente social, fruto da pobreza e do desemprego. Uma economia que se torna incapaz de gerar os empregos necessários na indústria e nos serviços acaba regredindo ao estágio primitivo, em que as pessoas buscam, na agricultura de subsistência, os empregos que não conseguem encontrar nos setores mais avançados.

É essa a explicação do êxodo rural às avessas de que o Brasil é, ao que me consta, o único exemplo contemporâneo. Os que desejam voltar ao campo são, primeiro, os bóias-frias das favelas do interior, agricultores recém-expulsos das fazendas. Há, contudo, entre eles, embora em proporção menor, moradores de cidades grandes desenraizados há muito tempo, sem experiência direta do trabalho agrícola ou seus descendentes próximos ou remotos. Uma das originalidades e das virtudes do MST é que ele se ocupa não só dos lavradores, sua principal base, mas dos pobres em geral, dos marginalizados e excluídos, dos que perderam toda a esperança e por quem ninguém mais se interessa. Longe do país, não tenho contato pessoal com esse movimento, mas sei, por depoimento de pessoas que me são próximas, da importância que ele atribui à organização dos abandonados, da sua formação sistemática, por meio de iniciativas de instrução e educação. Pelo que leio nos jornais, o MST acolhe nos acampamentos até cidadãos, desde que tenham renda baixa -e esse traço, insisto, é um dos seus méritos.

Antes de censurá-lo por isso, temos de perguntar-nos: o que fazem os governos ou outras instituições pela massa dos excluídos, dos que alguns chamam de "inempregáveis", sem medir o que existe de derrotismo inaceitável na expressão? Os raros programas disponíveis, mesmo os anunciados e em preparação, não passam em geral de paliativos, pois merece esse nome tudo aquilo que não se propõe a criar trabalho produtivo e remunerado. O paliativo pode ser necessário numa emergência. Não resolve, todavia, o problema gerado por política macroeconômica que, há mais de 20 anos, condena a sociedade a uma medíocre estagnação, entrecortada por episódios fugazes de crescimento mole, arrastado, incapaz de absorver a

desocupação preexistente ou por recaídas freqüentes em crises financeiras acompanhadas por recessões, que deixam o desemprego em patamar sempre mais elevado. A melhor política social confunde-se com uma macroeconomia saudável, geradora de empregos produtivos e de elevação do bem-estar geral.

Enquanto esperamos por ela, continuaremos a assistir a espetáculos chocantes como o das multidões que se acotovelam e espezinham pela miragem de um lugar de lixeiro ou de servente de escola, das massas de camelôs, de biscateiros, de motoristas de lotação ilegais, que invadem as ruas, tentando sobreviver na selva da informalidade. Contra eles, nada pode a repressão policial, impotente também para evitar que meninos destemidos de 14 anos sejam liquidados na impiedosa guerra das quadrilhas de drogas, o equivalente brasileiro à guerrilha de crianças na Libéria ou no Congo.

São, cada uma delas, manifestação diferente do mesmo fenômeno: o desenvolvimento truncado, o desemprego de massa, a desintegração da solidariedade grupal em uma sociedade em decomposição. De todas essas expressões, a única que não é mórbida é o sonho de um lote de terra, de "três alqueires e uma vaca", o mito de sobreviver com dignidade na lavoura. Se isso ocorre no Brasil e não em outras partes, é porque aqui existe o MST, que tenta canalizar essa torrente, ou uma vertente dela, numa direção saudável, embora possa talvez revelar-se ilusória se o resto da economia não voltar a crescer, desembocando, então, em beco sem saída. Não se esqueça, porém, que a busca da terra é a procura de oportunidade de trabalho, de acesso a um meio de produção.

Nesse apego a um mínimo de independência, há algo da defesa da dignidade e da autonomia individuais que Antonio Candido encontrou nos "Parceiros do Rio Bonito".

Conforme ele descreve, o parceiro se reputa diferente do camarada e do colono, possuindo "certa margem de autodeterminação que lhe permite manter o respeito de si mesmo". O símbolo das ameaças é o sino do colonato, "cujo repique determina o ritmo da vida, penetrando na de cada um como verdadeiro dobre de autonomia perdida". Daí a expressão "sino é para italiano"...

Nesse sentido, longe de ser coletivista na tradição marxista-leninista, o MST obedece à mais pura inspiração dos pioneiros ianques ansiosos em se tornarem pequenos proprietários mediante as facilidades do **Homestead Act**. Como nunca tivemos lei similar no Brasil, buscam fazer isso mobilizando a energia desperdiçada dos marginalizados por meio de ação política para promover a mudança social.

Nada do que escrevo deve servir para justificar declarações incendiárias ou a violência sem provocação e irresponsável. Todavia os que pensam resolver o problema pela mera aplicação, sem consciência social, de uma lei que é muitas vezes a expressão da "desordem estabelecida" ganhariam em ler, na pequena obra-prima de E.H.Carr **Vinte Anos de Crise** (ed. UnB), o subcapítulo: "Da inaplicabilidade do procedimento judicial aos litígios políticos". A razão dessa inaplicabilidade é que, nesse caso, trata-se de "demandas de modificação dos direitos existentes", que só podem ser resolvidas pelo processo político.

Este último sempre bloqueou no Brasil a mudança ordenada, conforme se viu na Constituinte, mais retrógrada na questão agrária do que o Estatuto da Terra de Castello Branco. É por isso que chegamos a essa situação explosiva. Sair dela exigirá cabeça fria, equilíbrio e vontade de mudar da parte de todos os envolvidos. Não precisamos de novos mártires. Aliás, dois dos maiores mártires do século 20, Gandhi e Martin Luther King, morreram porque pregaram, pelo exemplo, a desobediência civil, não-violenta, contra leis injustas e situação social intolerável.

Entrevista da semana

POR UMA ECONOMIA PLURAL

Entrevista com Jean Louis Laville

*Jean Louis Laville é sociólogo e professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris (França), pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França e coordenador do Laboratório de Sociologia da Mudança Institucional. É um dos responsáveis pela elaboração do conceito de Economia Solidária. É autor de vários livros. Citamos o interessante livro **Une troisième voie pour le travail**, Paris: Desclée de Brouwer, 1999. É um livro indispensável para todos os professores e pesquisadores da área de concentração do Instituto Humanitas Unisinos intitulado **Trabalho, solidariedade e sustentabilidade**.*

Lamentavelmente o livro não foi traduzido para o português. Em conversa com o autor do livro, quando da sua passagem pela Unisinos e no IHU, ele se queixou do título dado pelo editor que não expressa o conteúdo do livro. Vale a pena conferir o livro.

*O pesquisador francês participou do I Colóquio Internacional Trabalho e Sociedade Solidária e IV Encontro de Estudos sobre o mundo do trabalho na Unisinos, de 1º a 3 de julho. Durante sua estada, Laville conversou com **IHU On-Line** sobre sua visão da Economia Mundial e as possíveis alternativas da Economia Solidária. Agradecemos a tradução da Prof^a Miriam Silveira Mylius, do Centro de Ciências Econômicas da Unisinos.*

IHU On-Line – O Sr. fala muitas vezes da pluralidade da economia⁽³⁾, o que isso significa?

Jean Louis Laville – A economia real não se restringe à economia de mercado. É muito mais do que isso. Existe uma parte da economia que não se baseia em trocas monetárias, que acontecem no dia-a-dia das pessoas e sem isso nada poderia ser realizado. E existe também uma economia pública baseada em todos aqueles recursos que são arrecadados e que são depois aplicados em aspectos de interesse público, por exemplo, a saúde, a educação. E temos também a economia informal que é justamente a que permite que uma parte da população viva e não depende propriamente da economia de mercado. Na realidade, o que existe é uma economia plural, em que existem várias lógicas e várias economias e não apenas a economia de mercado.

IHU On-Line – Quais são as conseqüências mais nocivas que a economia de mercado traz para as nossas sociedades?

Jean Louis Laville – A idéia de mercado auto-regulador é colocada como condição para o desenvolvimento. Porém, o desenvolvimento social não se relaciona com o desenvolvimento econômico, e sim com o desenvolvimento da democracia. A economia de mercado invade todos os setores, mas o mercado não é capaz de organizar e de satisfazer necessidades em setores como a saúde, serviços sociais, educação. A economia de mercado leva a uma ilusão de que toda a ação humana tem por foco o interesse individual, quando, na realidade, se sabe que há vários outros interesses que não podem ser deixados de lado e que são encobertos pela

³ Nota do IHU On-Line: Juntamente com Guy Aznar, Alain Caillé, Roger Sue, Jacques Robin, Jean-Louis Laville é autor do livro **Vers une économie plurielle. Un Travail, une activité, un revenu pour tous**, La Découverte & Syros: Paris, 1997. Neste livro se elabora mais conceitualmente o que se entende por “economia plural”. Trata-se de um livro importante de ser lido e discutido no atual momento brasileiro. O conceito de economia plural é retomado no artigo de Jean-Louis Laville, “Avec Mauss et Polanyi, vers une théorie de l’économie plurielle”, **Revue du Mauss**, no. 21, primeiro semestre de 2003, p. 237-249.

solidariedade. Os outros efeitos nefastos da economia de mercado seriam essa questão do individualismo exacerbado que se vê hoje. A democracia só pode existir, quando há uma vontade de se criar uma sociedade coletiva, com interesses comuns e não apenas com interesses individuais. O individual é importante, mas a economia de mercado reduz tudo ao individual sem levar em conta o mundo comum que deve existir. Isso explica que, apesar de toda a melhoria do nível de vida, que ocorreu, por exemplo, na França, aumentaram, na mesma proporção, todas as desigualdades e todos os níveis de violência. A primeira condição para que a economia solidária seja o fundamento de uma globalização humanizadora é desconstituir a idéia de que a economia se reduz ao mercado. O triunfo do neoliberalismo é nos fazer crer que só o mercado produz riqueza, mas a solidariedade é criadora de riqueza material e também cultural. Por isso, o pensamento único do mercado deve ser substituído pela percepção da realidade da economia que é diversa, plural. Essa diversidade pressupõe que a extensão do mercado não seja limitada apenas pelo Estado. A iniciativa cidadã pode ser complementar à ação pública. A economia solidária permite que se expressem questões e opiniões que, do contrário, não teriam condições de se expressar. Ela pode ser uma alavanca para a construção do Estado Social, uma alavanca para a redemocratização do Estado público.

IHU On-Line- Qual seria o conceito de solidariedade ao que se refere?

Jean Louis Laville– Seriam dois aspectos: a ação voluntária que as pessoas fazem conjuntamente, visando ao bem comum e a distribuição que faz um Estado social para corrigir as desigualdades, como é o caso de um Estado social forte na França. A idéia é que haja a articulação desses dois vieses da solidariedade para que as pessoas possam se organizar para um trabalho conjunto, mas que elas tenham, ao mesmo tempo, suporte e apoio desse Estado social para que isso possa ocorrer. A originalidade da economia solidária é sua capacidade de articular constantemente a dimensão política e a dimensão econômica. E resistir e construir, e contestar e propor, e ligar a crítica à globalização com práticas de cidadania econômica no cotidiano. E, assim, construir uma outra globalização, com um pensamento solidário nos âmbitos econômicos cotidianos, criar novos serviços e novos intercâmbios.

IHU On-Line – Como pode ser a relação entre economia solidária e governo?

Jean Louis Laville – Esse geralmente é um dos problemas com os quais a gente se defronta: a necessidade de que as políticas de governo dêem realmente apoio à economia solidária. O que se verifica, normalmente, é que são políticas públicas, estabelecidas sem que haja uma articulação com os atores da economia solidária. É importante que o poder público consiga dar a esses diferentes atores da economia solidária respostas às questões, porque existem muitos problemas que eles enfrentam para levar a cabo suas ações. É importante que haja realmente uma colaboração entre o poder público e a sociedade. Foi uma coisa que não conseguimos fazer nesses dois anos de existência da Secretaria de Economia Solidária na França.

IHU On-Line - Qual foi o problema da Secretaria de Economia Solidária na França?

Jean Louis Laville — A Secretaria agiu de cima para baixo, sem consultar a sociedade, sem verificar quais eram as dificuldades dos atores dessa economia solidária. Outro aspecto que pode justificar o porquê desse problema é que não houve uma ação integrada entre os vários ministérios. O conceito de economia solidária para alguns deles seria, por exemplo, uma economia para os pobres, mas não com a mesma força que uma economia de mercado. Seria uma economia que não é vista de uma maneira séria. Seriam, então, os dois casos: a ação de cima para baixo e falta de ação integrada entre os vários órgãos do governo, tendo em vista

essa concepção errônea de alguns dos ministérios sobre o que é e qual a importância da economia solidária.

IHU On-Line – Quais os fatores mais decisivos que despertam iniciativas de economia Solidária?

Jean Louis Laville – Na Europa, surge como uma crítica à sociedade de consumo na qual algumas capacidades humanas são mal aproveitadas ou, melhor dizendo, não são respeitadas. Por exemplo, várias iniciativas surgiram em relação ao cuidado com crianças na década de 60. Em seguida, tendo em vista a grande taxa de desemprego que houve na Europa, a busca de outras formas de resolver o problema que não as apresentadas pela economia de mercado. A economia solidária seria uma democratização da economia, a partir de pessoas, de cidadãos que se organizam para atender determinadas necessidades que não são atendidas, nem pela economia de mercado, nem pelo mercado, nem pelo Estado, nem pelo poder público.

IHU On-Line – Quais são atualmente as experiências mais fortes?

Jean Louis Laville – Eu poderia citar de três a quatro grandes tipos de experiências. Um primeiro tipo seriam as iniciativas locais que são realizadas no dia-a-dia de algumas comunidades, como o cuidado com as crianças, com os idosos, atividades de melhoria daquele ambiente, ou daquela comunidade, criação de novas atividades culturais, dança, música, em ambientes que necessitam dessas atividades. Um segundo tipo seriam os sistemas de trocas locais em que não se usa propriamente dinheiro, mas trocas de autoprodução, de coisas para a utilização local. Um terceiro tipo seria o comércio eqüitativo, verificando a possibilidade de que as trocas do comércio entre o norte e sul sejam mais equilibradas, mais justas. O quarto tipo de experiência seria o que chamamos de financiamento solidário. As pessoas que querem iniciar algumas atividades e não conseguem empréstimos dos bancos, ajudá-las na busca de auxílio de financiamento para tal finalidade, nisso consistiria o financiamento solidário.

Na França, especificamente, essas experiências de troca são limitadas. São redes de troca ainda estáveis que não têm nem aumentado nem diminuído, e que devem agrupar, mais ou menos, 30 mil pessoas atualmente. Em termos de autoprodução as experiências que têm sido feitas são de hortas comunitárias e de todos os serviços de manutenção dos próprios imóveis onde essas pessoas moram. Essas seriam algumas ações do sistema de troca. No que se refere ao primeiro, que são as iniciativas locais, demandam estruturas muito mais formais, muito mais estabelecidas, porque são iniciativas que geram emprego. Na realidade, são tipos de empresas, só que são diferentes das tradicionais, porque os proprietários são os próprios usuários e beneficiários delas e lidam também não apenas com essas pessoas, com os usuários, os demandantes desse serviço, mas também com as pessoas voluntárias que fazem o trabalho. Por exemplo, o caso da Itália, das chamadas cooperativas sociais que hoje já geraram cerca de 100 mil empregos nessa área.

IHU On-Line – Como funciona o terceiro aspecto de troca entre o norte e o sul?

Jean Louis Laville – Seriam exatamente os cuidados e os esforços que são realizados para que os produtores, que colocam produtos nos mercados do norte, tenham o reconhecimento do consumidor, porque aqueles produtos foram manufaturados dentro de condições de respeito a esses produtores. Por exemplo, na Holanda, existe uma preocupação e um esforço maior nesse sentido, e a rede Max Havelaar concede a determinados produtos uma espécie de selo que garante ao consumidor que aquele produto foi produzido em condições de respeito ao seu direito. Isso dá uma certa garantia ao consumidor de que ele está adquirindo produtos de

países do sul, menos desenvolvidos, que são de qualidade. Antes desse comércio eqüitativo, comércio justo, no caso, existem algumas linhas de atuação. A primeira preocupação, como no caso da Holanda, é que haja realmente um aumento da produção, um aumento dos números de negócios feitos com esse respeito às diferenças entre os dois hemisférios. Mas existe uma rede francesa (artesanos do mundo), que dispõe de lojas em que o preço atribuído aos objetos, leva em consideração as condições em que os produtos foram manufaturados. E o objetivo deles não é simplesmente aumentar os números do comércio, mas é que haja uma conscientização do consumidor das diferenças e das injustiças, das desigualdades entre o norte e o sul, e essas são ações que têm muito mais ação política de conscientização do consumidor.

IHU On-Line – Nesse contexto, como o Sr. vê a Alca para os países latino-americanos?. O que a economia solidária poderia dizer a esta proposta?

Jean Louis Laville – A economia solidária pode ajudar a mostrar como os atos econômicos podem ser feitos de forma diferente da que é normalmente utilizada numa economia de mercado. Existem alguns aspectos que escapam ao poder dessa economia solidária. O que explica a maneira como ela pode influenciar nas negociações é que a participação cada vez maior de representantes em fóruns sociais, em movimentos sociais, que podem depois ter a sua palavra ou ter a sua função em estabelecer novos modos de regulação nos organismos temáticos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio.

Não conheço suficientemente a Alca para responder adequadamente. Recordando uma situação européia, não se pode levar em conta ou acreditar na supremacia simplesmente da concorrência. Tem que haver um respeito às diferenças culturais e econômicas e que as regras de toda essa atividade econômica devem preservar justamente essa diversidade e não que seja simplesmente a imposição da lei da mais forte.

“HÁ UMA QUESTÃO DE PODER E CONTROLE LIGADA À PATERNIDADE E FILIAÇÃO”

Entrevista com Anna Maria Ruschel

*Resgatando o tema da matéria de capa da última edição de **IHU On-Line** (número 68, de 28 de julho de 2003), publicamos a entrevista realizada com a psicóloga e professora no Centro de Ciências da Saúde da Unisinos, Anna Maria Ruschel. Anna é mestre em História pela Unisinos com dissertação intitulada “Corpo - cidade: uma perspectiva de integração entre história e psicologia”.*

IHU On-Line- Como a Sra. vê o caso do bebê britânico?

Anna Maria Ruschel- Hoje, o ser humano é visto como um ser bio-psico-social. Eu vejo o caso do bebê britânico com preocupação. Este bebê que nasce, está definido pela idealização, mas é importante que ele não fique preso a ela. O ser humano vive numa integridade de muitas dimensões, mas atualmente, não consegue se ouvir e se sentir integradamente. As conquistas genéticas devem existir, mas não são elas as que dão esta unicidade ao ser humano.

IHU On-Line- Uma idealização especialmente no sentido de imortalidade?

Anna Maria Ruschel- Há sim, uma grande recusa à morte. Ela é vista como algo vergonhoso, mas quanto mais se enfrenta a morte, mais apto se está para a vida. O ser humano consegue sua completude na vida diante da morte. Quando concebe a morte pode fazer uma mudança dessa vida. A tecnologia nos leva a uma idealização muito grande da vida que é inacessível ao ser humano. Ela o impulsiona a um impedimento de sentir a falta que propicia a oportunidade

do desejo. Se não sentimos a falta, não temos contato com o desejo, e isso leva à depressão. Construimos noções de tempo e espaço que são irreais e que nos escravizam. A técnica fragmenta a concepção do ser humano do “si mesmo” e faz com que ele não consiga entrar em conexão consigo nem com o ambiente social, como parte de um todo.

IHU On-Line- Não acha que essa é uma visão pessimista demais sobre a tecnologia?

Anna Maria Ruschel- A tecnologia deve estar a serviço também da qualidade de vida. Ela é necessária, mas, enquanto existir, tem seus desafios: um é o de prolongar a vida, e o outro está em relação à qualidade dessa vida. Não adianta uma longa vida, ou salvar uma vida, se não existe qualidade na prática desta vida. Salvar uma criança tudo bem, mas o que vejo são os nossos idosos esquecidos ou vivendo em condições, muitas vezes, nefastas.

IHU On-Line- Como interpretar, do ponto de vista da psicologia, o fato de, às vezes, utilizar tanta tecnologia para ter um filho do próprio sangue?

Anna Maria Ruschel- Há uma questão de poder e controle ligada à paternidade e filiação. Um filho genético é maior garantia social e psíquica que um adotado. Para nós, é natural, pois a ordem foi “Crescei e multiplicai-vos!”. A adoção também pode ser uma forma de multiplicar-nos. Uma possível leitura é que adotar uma criança significa também incorporar como nosso alguém da periferia, que já foi excluído. Segundo Foucault e Sennett, nas cidades, botamos na periferia o que é doente, indesejável, a parte feia, e no centro fica o núcleo idealizado. É difícil se reapropriar daquilo que já se pôs para fora.

Deu nos jornais

**EUA: de cada 143 americanos, um está encarcerado
2.166.260 cidadãos presos**

O jornal italiano *La Repubblica*, 29-7-03, publica uma ampla reportagem sobre “o nascimento de uma nova e invisível metrópole nos EUA de 2003 e que não se encontra em nenhum mapa geográfico”. Trata-se dos 2.166.260 cidadãos presos, “record na história da república americana e das democracias mais avançadas”. Segundo o jornal, esta cidade “seria a quarta maior cidade dos EUA”. É “uma verdadeira Atlântida dos homens desaparecidos”. Os números assustam os estudiosos e os funcionários governamentais que buscam explicações para o fenômeno. Se não há um consenso na explicação do fenômeno, no entanto, há unanimidade em atestar que o número de encarcerados “não pode continuar crescendo na média de 3% ao ano, como sucedeu entre 2001 e 2002, e decuplicar a cada vinte anos. Se isso não for revertido, na primeira metade do século XXI, haverá mais americanos presos que circulando livres pelas estradas do país”.

Vigilância total

Le Monde Diplomatique em editorial denuncia o CAPPS

Com o título acima, o jornal mensal *Le Monde Diplomatique*, agosto de 2003, no editorial assinado por Ignacio Ramonet, analisa e denuncia o dispositivo de filtragem e controle a ser implantado pelos EUA, batizado de CAPPS – Computer Assisted Passenger Pre-Screening – isto é, Sistema Computadorizado de Controle Preventivo. Ele visa a detectar eventuais passageiros suspeitos que viajam para os EUA.

O editorial inicia citando George Orwell, 1984 e afirma: “Aqueles que, neste verão irão aos EUA devem saber que, em virtude de um acordo entre a Comissão européia e as autoridades federais, certas informações pessoais serão liberadas, sem o seu consentimento, às autoridades americanas pela companhia aérea com a qual viajarão. Antes mesmo que eles embarquem no avião, as autoridades americanas saberão o seu nome, sobrenome, idade, endereço, número do passaporte e do cartão de crédito, estado de saúde, preferências alimentares (que podem indicar a sua religião), viagens precedentes, etc.” Segundo o editorial, “65 milhões de mexicanos e 18 milhões de centro-americanos estão fichados nos EUA sem o seu consentimento”, de tal forma que “pouco a pouco, todos os latino-americanos serão assim etiquetados por Washington”. Mas não só os estrangeiros são visados. Citando o *The Washington Post National Weekly Edition*, 21 a 27 de abril de 2003, Ignacio Ramonet, afirma “que nem os cidadãos americanos escapam da atual paranóia”, pois os controles autorizados pela lei Patriot Act permite, entre outras coisas, o acesso a informações pessoais sem mandato judicial. Assim, por exemplo, o FBI pode solicitar às bibliotecas de lhe fornecer as listas de livros e das páginas de Internet acessadas pelos assinantes para traçar um ‘perfil intelectual’ de cada leitor...”. O editorial conclui afirmando que “o mais delirante de todos os projetos de espionagem ilegal é o elaborado pelo Pentágono sob o nome de Total Information Awareness – TIA -, sistema de vigilância total das informações”. O projeto consiste, segundo o *Le Monde Diplomatique*, “em coletar uma média de 40 páginas de informações sobre cada um dos 6 bilhões de pessoas do Planeta e confiar isso a um hipercomputador. O Pentágono pretende, desta maneira, estabelecer o perfil completo de cada indivíduo”. E conclui: “Big Brother está ultrapassado...”.

EUA recuam na implantação do CAPPs

Considerado ‘exagerado’, projeto será abrandado

O jornal *Folha de S. Paulo*, 1º de agosto de 2003, publica a seguinte notícia: “O governo americano anunciou que vai mudar o programa de monitoramento de passageiros aéreos, o segundo recuo da administração George W. Bush nesta semana em um projeto antiterrorismo. A idéia original era levantar informações abrangentes sobre o histórico da pessoa e mantê-las por até 50 anos em um arquivo controlado por um órgão federal. Esse plano, porém, foi criticado por órgãos de defesa dos direitos civis e por congressistas, que o consideraram exagerado”. A notícia afirma ainda que “em uma versão revisada, o governo anunciou que as informações serão descartadas pouco tempo após o vôo, ou seja, desistiu-se de montar um arquivo com todos os dados do passageiro. Além disso, a pesquisa será bem menos abrangente, deixando de incluir dados sobre cartões de crédito e saúde da pessoa. Numa terceira mudança, os indivíduos terão o direito de acessar os dados que o governo levantou sobre eles, o que não estava previsto originalmente”. E concluindo a matéria, o jornal noticia que “hoje os EUA levam adiante outro ponto de seu pacote antiterror. Entra em vigor uma nova política mundial de concessão de vistos para turistas. A idéia é aumentar a proporção de pessoas entrevistadas antes de conseguirem o documento”.

Uma outra Alca é possível?

Jesuítas da América Latina e Caribe discutem o comércio livre

De 10 a 13 de julho, em Quito, realizou-se o Seminário do Setor Social da Companhia de Jesus na América Latina sobre a Alca, sob o título “Uma outra Alca é possível? Conhecendo e refletindo sobre o verdadeiro comércio livre”. Como subsídio para o seminário foi publicado um boletim intitulado “Alca?”. O editorial do boletim é assinado por Fabricio Alaña, SJ, Diretor

Nacional de Fé e Alegria do Equador. O boletim publica um artigo de Peter Marchetti, intitulado “O debate continental sobre a Alca e a Missão da Companhia de Jesus: Notas para a discussão”. Peter Marchetti é jesuíta americano, teólogo e economista e atualmente é diretor de pesquisas na Universidade Rafael Landívar de Guatemala e reside em Honduras. O segundo artigo é de Inácio Neutzling, sob o título “A Área de Livre Comércio das Américas: Um desafio para a soberania dos países latino-americanos”. Inácio Neutzling é professor e pesquisador do PPG de Ciências Sociais Aplicadas da UNISINOS e coordenador do Instituto Humanitas Unisinos. O terceiro artigo é da Secretaria Permanente dos Sistema Econômico Latino-Americano – SELA e se intitula “Conteúdo de temas e propostas de negociação para países da América Latina e o Caribe frente à Área de Livre Comércio das Américas – Alca”. O Prof. Laurício Neumann, coordenador da área de concentração do IHU intitulado ‘Ética, cultura e cidadania’ participou do evento. Uma entrevista com ele e com Cesar Sanson, pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, que também participou do seminário, foi publicado no sítio do IHU, no dia 1-8-03: www.ihu.unisinos.br

Frases da Semana

Casamento Gay

“União nociva para a sociedade” – afirma o documento de doze páginas, intitulado ‘Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais’ e apresentado pelo Cardeal Joseph Ratzinger no dia 31 de julho de 2003.

“A inclinação homossexual é objetivamente desordenada” – idem.

“O casamento somente existe entre duas pessoas de sexo diferente” – idem.

“O casamento é santo enquanto que as relações homossexuais contrastam com a lei moral natural” – idem.

“O governo Bush está fortemente intencionado a proteger a santidade do matrimônio e a defender o sagrado vínculo que ele acredita somente poder existir entre um homem e uma mulher” – nota da Casa Branca em apoio ao documento “Considerações sobre projetos ...”, acima referido – **Corriere della Sera**, 1-8-03.

“É uma atitude absolutamente ultrapassada da Igreja hierárquica, que é a parte da Igreja que ainda vive o sonho medieval de ter a hegemonia moral sobre toda a humanidade e não só sobre os cristãos. Se a relação é de amor, fidelidade, respeito, então é algo muito profundo que tem que ver com Deus” – Leonardo Boff, teólogo – **Estado de S. Paulo**, 2-8-03.

O papel do MST

“O papel do MST é justamente organizar os pobres. Dar consciência aos pobres, para que a saída da pobreza seja de forma organizada, civilizada. Sem o MST virão todos para as cidades, para as favelas, aos milhares” – João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST – **Jornal do Brasil**, 3-8-03.

Articulação Nacional dos Movimentos Sociais

“Estamos construindo uma enorme aliança popular, a Articulação dos Movimentos Sociais, que junta a CUT, a UNE, o MST, os movimentos populares suburbanos, as pastorais sociais, as igrejas, e vamos realizar na semana de 8 a 13 de setembro, uma grande jornada nacional, em defesa de nossa soberania nacional, por um novo projeto de desenvolvimento, que tenha

trabalho e distribuição de renda” - João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST – **Jornal do Brasil**, 3-8-03.

Lula: Sete meses de governo

“Até agora, em sete meses, Lula só atendeu ao mercado financeiro. Então nos organizamos para tensionar mais para o nosso lado, que é o social” – Waldemar Rossi, pastoral operária de São Paulo, antigo companheiro sindical de Lula – **O Globo**, 3-8-03.

“Se não mudar a política econômica, vão para o brejo o governo, o Lula e a esquerda. E os pobres vão para a tragédia social. Nosso esforço, como movimento, e na articulação dos movimentos sociais, é justamente organizar o povo, mobilizar o povo para ajudar o governo a mudar o modelo econômico. Por isso estamos disputando o governo, para que ele adote políticas econômicas e sociais que ajudem a melhorar as condições de vida de nosso povo” - João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST – **Jornal do Brasil**, 3-8-03.

Universidade brasileira

“A universidade perdeu sintonia com a sociedade” - Carlos Roberto Antunes dos Santos, secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – **Folha de S. Paulo**, 3-8-03.

Moacyr Scliar na ABL

“Scliar seguiu à risca a máxima de que, ao falar de sua aldeia, um escritor pode se tornar universal. Sua obra é permeada pela cultura judaica e dotada de humor. Nela também estão presentes sua visão humanista e a paisagem urbana de Porto Alegre, principalmente do bairro do Bom Fim. É aí que os gaúchos se reconhecem” - Armindo Trevisan, poeta, comentando a eleição de Moacyr Scliar para a Academia Brasileira de Letras – **O Globo**, 2-8-03.

“Scliar para os gaúchos não é só o escritor que já tem o reconhecimento nacional e internacional. É também aquela pessoa que escreve textos em que cada um se reconhece. Daí a unanimidade em torno de seu nome” – Margarete Moraes, vereadora de Porto Alegre – **O Globo**, 2-8-03.

“Cada leitor da obra do Scliar tem seu gênero preferido. Mas todos reconhecem nele, acima de tudo, seja na ficção, no ensaio ou na crônica, um estilo altamente humanista, que o torna dono de valores universais”- Luiz Antônio Assis Brasil, escritor – **O Globo**, 2-8-03.

EVENTOS IHU

CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL

Continuam abertas as inscrições para o **Ciclo de Estudos sobre o Brasil - 2ª**. Etapa, que inicia no próximo dia 14 de agosto e estende-se durante todo o segundo semestre de 2003. No evento se realiza o estudo das obras clássicas sobre o Brasil.

Os interessados e interessadas podem realizar a inscrição no setor de Admissão e Matrícula da Unisinos. A taxa é de R\$ 30,00. Será fornecido certificado. As horas do Ciclo poderão ser

computadas como atividade complementar para os acadêmicos dos seguintes cursos: Serviço Social, Biologia, Nutrição, Psicologia, Letras, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Direito, Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Administração Hospitalar, Recursos Humanos e Geologia.

A primeira sessão, do dia 14 de agosto, das 14h às 17h, na sala 1C103, tem como tema o debate sobre o livro *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior. A prof^a. MS Márcia Eckert Miranda, da Unisinos, conduz o debate.

Os folders com a programação de todo o semestre estão disponíveis na recepção do IHU e também no sítio www.ihu.unisinos.br

IHU IDÉIAS

Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre seu conteúdo essencial

Recomeçam nesta semana as sessões semanais do *IHU Idéias*. A primeira sessão deste semestre acontece no dia 7 de julho, na sala 1C103, das 17h30min às 19h. O tema abordado é *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre seu conteúdo essencial*. Está à frente do debate o Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos. O prof. Paulo Henrique é doutor em Ciências pelo Instituto de Física da UFRGS, e mestre em Física pela mesma universidade.

ENTREVISTA COM PAULO HENRIQUE DIONISIO

A próxima edição do *IHU Idéias*, retomando as atividades neste semestre, terá à frente do debate o Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos. *IHU On-Line* realizou uma entrevista com o professor Paulo sobre sua explanação, que terá como tema Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre seu conteúdo essencial. O professor Paulo Henrique é doutor em Ciências, pelo Instituto de Física da UFRGS, e mestre em Física pela mesma Universidade.

***IHU On-Line* - Por que a física quântica tornou-se um conhecimento necessário para outras áreas do saber acadêmico?**

Paulo H. Dionísio - Há muita solicitação de pessoas de diversas áreas que querem saber sobre Física Quântica. Essas pessoas são movidas por uma saudável curiosidade cultural, ou alimentam a expectativa de que a Física Quântica possa auxiliá-las no encaminhamento de questões pendentes em suas próprias áreas. Acho importante atender a essa solicitação, porque está faltando a informação adequada. Frequentemente, são feitas extrapolações para fora do ambiente da física. Aparecem, então, coisas como conceitos quânticos aplicados a fenômenos psicológicos, a questões de saúde, até ao Direito. Surgem, então, livros com títulos do tipo “a cura quântica”, a “empresa quântica”. Tais iniciativas devem-se a físicos ou a pessoas que nem são ligadas à Física. Às vezes, são feitas com boa intenção, mas, às vezes, são mistificações que relacionam a Física Quântica a propriedades mágicas de cristais e amuletos, etc. Neste último caso, trata-se de pessoas que usam a Física para explorar a boa fé dos que vão comprar seus livros e suas palestras. Então, pelo menos no ambiente acadêmico, devemos tentar excluir essas idéias.

***IHU On-Line* - Os conceitos da física quântica possibilitam outras leituras do cosmos?**

Paulo H. Dionísio - Quando a Física Quântica nasceu, lá por volta de 1925, seus próprios criadores se perguntavam sobre as conseqüências filosóficas dos novos conceitos que ela impunha. Já nesse tempo, Bohr liderava a escola de Copenhague, da qual faziam parte outros, como Heisenberg e Schrödinger. Mas Einstein não aceitava as interpretações que essa escola dava para o formalismo incipiente da Mecânica Quântica. A questão central era a oposição entre o determinismo inerente à física clássica e o comportamento, digamos, errático atribuído aos sistemas físicos pela nova teoria. Desde lá, a discussão prossegue, mas em nível muito elevado, muito especializado e muito difícil de acompanhar, mesmo para quem tem formação em matemática e física. Existe uma curiosidade muito grande de pessoas ligadas à Filosofia e às Ciências Humanas por essa discussão, uma expectativa de que possam participar, contribuir ou simplesmente beneficiar-se de seus resultados. Mas, para chegar até essa discussão, o caminho não é muito acessível. A meu ver, importa saber se as alterações na nossa maneira de olhar o mundo físico, necessárias para que se entenda o funcionamento dos sistemas quânticos, devem ser generalizadas para o universo como um todo, ou se devemos deixá-las restritas ao mundo quântico. Se as alterações na forma de ver a natureza são tão profundas a ponto que devemos alterar nossa visão geral do mundo, então isso realmente significa que a física quântica terá conseqüências filosóficas profundas.

IHU On-Line - Que exemplos o Sr. poderia citar de sistemas quânticos que questionam noções do senso comum?

Paulo H. Dionísio - O primeiro exemplo a ser citado é justamente aquele que originou tudo. Trata-se do estudo de osciladores físicos de um modo geral, como pêndulos, cordas de instrumentos musicais, etc. Para resolver um problema surgido na física ao final do século dezoito, chamado de "a catástrofe do ultravioleta", Planck postulou a quantização da energia para esses sistemas. É mais ou menos como se, ao empurrarmos uma criança em um balanço, só seja possível fazê-lo alcançar determinadas alturas. Por exemplo, se um certo balanço somente aceitar balançar a alturas intervaladas de vinte em vinte centímetros, será impossível colocá-lo a balançar até cinquenta centímetros do solo, pois cinquenta não é múltiplo de vinte. Ora, todo o mundo sabe que um balanço não funciona assim...

IHU On-Line - Como o Sr desenvolverá a reflexão no IHU Idéias?

Paulo H. Dionísio - Tentarei apresentar a conceituação do ponto de vista da física. Não podemos começar a discutir as conseqüências filosóficas sem o fundamento físico. Vou tentar mostrar a origem histórica e os primeiros passos, introduzir as idéias de quantização, comparar como as coisas acontecem no mundo microscópico e no mundo macroscópico, explicar por que a física newtoniana não funciona no mundo microscópico e como a física quântica se aplica tanto ao mundo micro como ao macroscópico. A mecânica clássica de Newton dá conta perfeitamente de todos os fenômenos relacionados com forças e movimentos dos objetos no mundo com as dimensões a que estamos acostumados. E os fenômenos que começaram a não obedecer a essa mecânica clássica são fenômenos que ocorrem no mundo microscópico, no mundo atômico e subatômico. Para tentar encontrar uma teoria que se aplicasse a esses casos é que se desenvolveu a mecânica quântica, que depois evoluiu para Física Quântica. O que eu pretendo mostrar, para uma primeira tomada de consciência da Física Quântica, é que ela é uma teoria feita especificamente para se aplicar a sistemas microscópicos com dimensões atômicas e subatômicas. A partir daí, podemos discutir se os novos conceitos envolvidos implicam realmente uma mudança fundamental em nossa maneira de ver a natureza, o mundo,

o universo. Se a resposta for sim, então a Física Quântica terá de fato um grande impacto na filosofia, na cosmologia, nas abordagens feitas em outras áreas de um modo geral.

IHU On-Line - O que a Física Quântica teria a dizer a política, a economia, a religião?

Paulo H. Dionísio - Porque restringir a questão à Física Quântica? Seria talvez mais apropriado perguntar o que a física, como ciência, tem a dizer à política, à economia ou à religião. Mas esta não deveria ser uma questão endereçada aos filósofos, em vez de a um físico? Não fugirei a ela, no entanto. Apenas considero mais apropriado tratá-la após nos apropriarmos do conteúdo específico da Física Quântica. Ou seja, vamos remetê-la para a parte final de nosso encontro, se sobrevivermos até lá...

IHU On-Line - O que ela teria a dizer sobre a fragmentação do conhecimento, tão comum em nossos sistemas de ensino?

Paulo H. Dionísio - Uma das causas da fragmentação do conhecimento é a tendência à especialização, que vigora atualmente. A Física Quântica, sendo um conhecimento altamente especializado, é um exemplo dessa fragmentação, uma vez que está disponível a poucos "iniciados". Penso, no entanto, que se deve fazer um esforço no sentido de viabilizar a disseminação de qualquer forma de conhecimento, como recurso para a sobrevivência cultural da humanidade. É a partir de iniciativas como esta do IHU que atingiremos tal objetivo, e é por isso que aceitei o desafio de falar sobre Física a não físicos. Espero que muitos não físicos aceitem também o desafio de me ouvirem...

ABRINDO O LIVRO

A comunidade acadêmica já pode se agendar para mais um evento do IHU, a ser realizado no dia 26 de agosto, das 19h45min às 22 horas, na Sala de Seminários 2 da Biblioteca da Unisinos. Trata-se da próxima edição do evento ***Abrindo o Livro***. A obra a ser apresentada e debatida é ***A Vinda de Deus: Escatologia Cristã***, de Jürgen Moltmann. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. 374p. (Coleção Theologia Publica 3). Quem conduz o debate é o Prof. Dr. Pe. Frei Luiz Carlos Susin, professor do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre e da Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana.

VISITE O SÍTIO DO IHU: www.ihu.unisinos.br

ATUALIZADO DE 2ª A 6ª FEIRA

No ar desde o dia 21 de maio de 2003, a página do Instituto Humanitas Unisinos na Internet espera por sua visita. No sítio há informações sobre o que é o Instituto, as atividades que promove, a versão eletrônica do boletim semanal ***IHU On-Line*** e suas edições anteriores, assim como as notícias dos principais jornais do Brasil e do mundo, atualizadas diariamente. Os internautas também podem se cadastrar para receber em seus endereços eletrônicos o boletim semanal ***IHU On-Line*** e as manchetes dos destaques diários com um link para o sítio. Acesse www.ihu.unisinos.br

AVISOS DA COORDENAÇÃO

Seminário da coordenação do IHU

De 27 a 29 de julho, a coordenação do IHU esteve reunida com os professores Marcelo Fernandes de Aquino, vice-reitor da Unisinos e coordenador do PPG de Filosofia, Pedro Gilberto Gomes, pró-reitor de Ensino e Pesquisa, José Ivo Follmann, diretor do Centro de Ciências Humanas, Ione Maria Ghislene Bentz, diretora do Centro de Ciências da Comunicação, Márcia Tiburi, professora do PPG em Filosofia, Célio Pedro Wolfarth, auditor interno, Fernando Jacques Althoff, professor do PPG em Geologia e Pe. Guido Kuhn, presidente da Mantenedora da Unisinos. O tema central do seminário foi uma avaliação crítico-estratégica do Instituto Humanitas Unisinos na Universidade e na região sul do Brasil.

Seminário Internacional: 40 anos do golpe militar

No dia 1º de agosto, a coordenação do IHU se reuniu com o Prof. Dr. Flávio Heinz, professor e pesquisador do PPG em História, para discutir os encaminhamentos da preparação do evento acadêmico sobre os 40 anos do golpe militar de 1964. Ao IHU coube a responsabilidade de convidar outros pesquisadores e professores da Universidade para a organização do evento. Também iniciou-se a conversação sobre um evento acadêmico, no segundo semestre de 2004, por ocasião do cinquentenário da morte de Getúlio Vargas.

Simpósio Internacional: O Lugar da Teologia na Universidade do século XXI

Continuando os preparativos do Simpósio Internacional *O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI*, 24 a 27 de maio de 2004, a coordenação do IHU reuniu-se com a Profª. Drª. Valburga S. Streck e com a Profª. Drª. Cleide Cristina Rohden, no dia 1º de agosto, para revisar a programação do evento. Foi confirmada a apresentação, durante o simpósio, da peça teatral *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto.

IHU On-Line em discussão

No dia 31 de julho, a coordenação do IHU se reuniu, juntamente com a Equipe de Comunicação do Instituto, com o Prof. MS Sérgio Endler, vice-diretor do Centro de Ciências da Comunicação, para discutir a configuração gráfica do boletim *IHU On-Line*. Uma mudança gráfica será implementada por ocasião do terceiro ano de criação do IHU.

IHU REPÓRTER

Alexsander Penz Mendes

Quantos eventos da Universidade ele já auxiliou a organizar! Quantos coordenadores e coordenadoras de eventos e encontros expressaram sua gratidão por uma tarefa realizada com responsabilidade e profissionalismo, atendendo com dinamismo e dedicação generosa até os mínimos detalhes!. Alexsander Penz Mendes é um dos responsáveis pelo sucesso de tantos empreendimentos na Universidade. O promotor de eventos e relações públicas é natural de São Leopoldo e fala a respeito de seus sonhos e conquistas.

Infância- Eu procedo de uma família humilde, meu pai está aposentado e minha mãe é dona de casa. Ensinarão-nos a valorizar o estudo desde pequenos, a mim e a minha irmã. A cada ano, recebíamos um presente, que consistia em um passeio ao parque ou uma caminhada no centro para tomar sorvete, pelo esforço. Como era bom aquele simples passeio! O sonho de meus pais era formar seus filhos e conseguiram: eu, em Relações Públicas e minha irmã, em Administração. Tenho lembranças fabulosas do colégio Santa Teresinha, onde cursei o primeiro grau. Depois passei a estudar no Rio Branco, o mesmo colégio onde meu pai estudou.

Profissão- Eu sonhava em ser médico, até que sofri um acidente enquanto brincava com minha irmã e desmaiei várias vezes ao ver sangue. Então me dei conta de que não tinha estrutura para seguir tal carreira. Os testes vocacionais que realizei, indicavam aptidão para as profissões relacionadas com as humanas ou para a comunicação. Comecei cursando Serviço Social, mas tinha um padrinho publicitário que me animava bastante para sua área. Decidi me informar mais sobre os cursos de comunicação e me identifiquei muito com Relações Públicas. É uma profissão difícil e não é tão reconhecida no Brasil como fora, mas é o meu chão.

Uma grande paixão- Adoro viajar. Sou contraditório. Há períodos em que sou bem caseiro e há períodos em que ando com o pé na rua. Nestes períodos, colocaria a mochila nas costas e viajaria para qualquer lugar. Estive três meses em Londres. Foi minha primeira grande viagem. Eu queria viajar para aperfeiçoar o inglês. Meus pais me deram o maior apoio. Meu pai vendeu o carro para me ajudar, minha mãe me induziu a aceitar dizendo que eles poderiam perfeitamente andar a pé.

Promotor de eventos- Eu olhava para Unisinos como um sonho, quando passava pela frente. Trabalho na empresa com a qual sempre sonhei, fazendo o que eu gosto. A Vera, que atualmente é a coordenadora na Central de Eventos, tinha sido minha colega de faculdade. Foi ela quem me disse que havia aberto uma oportunidade para promotor de eventos na Central de Eventos da Procex. E já se passaram cinco anos... Como promotor de eventos me ocupo, coincidentemente, daqueles Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão com os quais sempre tive maior afinidade: Ciências Humanas e Ciências da Comunicação. Antes de trabalhar na Unisinos, atuei na área de Recursos Humanos do Curtume Vacchi, na mesma área e na área comercial da Amapá do Sul e lecionei no Senac, na área de Recursos Humanos. Um ano depois de me formar em Relações Públicas, quis aprofundar meus conhecimentos e fiz Pós em Marketing, também na Unisinos. Agora objetivo o mestrado.

Autor- Rubem Alves

Livro- Um mundo num grão de areia, de Rubem Alves.

Filme- Nada é para sempre, de Robert Redford

Nas horas livres- Adoro cinema, ler, estar com a família e amigos e viajar.

Um grande sonho- Dar a volta ao mundo. Ele é tão grande e conhecemos tão pouco.

Unisinos- É a realização de um sonho pessoal e profissional. Acredito na sua Missão, Visão e Credo.

IHU- Achei o IHU uma idéia fabulosa desde a primeira vez que o professor Inácio Neutzling me apresentou o projeto, quando eu era presidente da Associação de Funcionários da Unisinos (AFU). Desde esse momento, percebi que o IHU era uma parte importante na missão da Unisinos e deu certo. Foi começando aos poucos e tomou uma proporção que não tem como voltar atrás. Acho que é um espaço consolidado dentro da Instituição.

Sala de Leitura



“O livro que estou lendo agora é: JOST, François. *L’empire du loft*. Paris: La Dispute, 2002. O livro discute essa nova tendência mundial da produção televisiva atual, representada pelos *reality-hows* em seus diferentes formatos, examinando as promessas de realidade e interatividade que esses tipos de emissões propõem ao telespectador, e o “embuste” que significam. As “tele-realidades”, segundo o autor que analisa detidamente a parafernália tecnológica de que se utilizam, e os efeitos de sentido por ela produzidos não passam de uma combinatória de fórmulas particular muito bem trabalhadas a partir do que fez sucesso nos programas mais populares da década de 90, com objetivos econômicos precisos: o uso da televisão como estratégia de marketing dela própria e das empresas que sustentam sua programação; como fábrica de “estrelas” a baixo custo e consumo para sustentarem a audiência”.

Prof.ª. Dr.ª. Elisabeth Bastos Duarte, Doutora em Letras, e professora do PPG em Comunicação da Unisinos.



“O que tenho lido nos últimos 18 meses representa uma nova etapa da minha vida em “busca do entendimento das coisas”. Neste momento, procuro-o através da leitura do livro **Os Manipuladores Estão Entre Nós**, de autoria de Isabelle Nazare-Aga, terapeuta comportamental. Editora Ediouro, 1997, 318 páginas. A obra parte das características identificadoras do manipulador relacional e desenvolve-se com foco na descrição de casos, ilustrando diferentes situações de manipulação. A autora destaca que o contato prolongado com manipuladores relacionais gera sentimentos de culpa, agressividade, ansiedade, medo ou tristeza, tornando as pessoas menos livres mentalmente e tolhidas da liberdade de agir. Para a maioria, tais atitudes manipuladoras são fortes estressores relacionais. Os manipuladores são descritos como exímios na arte de identificar os pontos vulneráveis daqueles que desejam manipular. A autora destaca a personalidade manipuladora como gerada por um mecanismo de defesa estabelecido muitas vezes desde a infância e necessitada de tanta ajuda quanto suas vítimas. Neste contexto, penso ser possível compreender melhor por que amar parece ser a melhor forma de enfrentar as dificuldades da vida”.

Prof. Dr. Antônio Jorge Vasconcellos Garcia, doutor e mestre em Geociências, e professor do PPG em Geologia da Unisinos.



“Dentre os livros que estou lendo, um tem me interessado muito, trata-se do “**A esperança de pandora**” do sociólogo francês Bruno Latour, traduzido para o português por Gilson C. C. de Souza e editado pela EDUSC, a partir de 2001. O livro tem início motivado pela pergunta: “*Você acredita na realidade?*”, feita por um amigo do autor, quando participavam de um congresso em Teresópolis, aqui no Brasil. Seguem-

se daí dez capítulos nos quais o autor transita por temas tão diversos quanto o diálogo *Gorgias* de Platão, pensamentos de Descartes, episódios históricos da ciência e fetiches indianos, em uma linguagem bem humorada, rica em metáforas e ironias, que fazem a leitura agradável e, ao mesmo tempo, perigosa. Latour, enquanto busca esclarecer sua inclusão no campo dos “estudos de ciências” (*Science Studies*), vai dando alfinetadas nos “guerreiros das ciências”, críticos tenazes dos movimentos chamados pós-modernos. Ele inclui aí os cientistas que participaram do episódio protagonizado por Alan D. Sokal, conhecido como o “*embuste de Sokal*”, que teve seu ápice em 1998, e fez arder forte a fogueira das vaidades nos castelos das ciências exatas versus ciências humanas. Deixando de lado a guerra das ciências, o livro traz contribuições importantes para a discussão muito atual da produção dos fatos nas ciências, não no sentido de desconstruí-la com o martelo e a bigorna, mas de apertar mais o nó górdio da sua realidade e objetividade, mostrando o quanto humanos, não-humanos, fatos, laboratórios, máquinas... constituem-se em rizomas e vasos sanguíneos que fortalecem as ciências, fenômeno que chama de “*translação*”. É interessante como ele vai mostrando, ao longo do livro, uma nova maneira de fazer pesquisa no campo dos estudos de ciências, argumentando que não há correspondência, nem lacunas entre natureza, humanos, não-humanos, linguagem... mas um fenômeno bastante diverso: a *referência circulante*. Trata-se de um livro instigante, guardadas as diferenças, faz lembrar Thomas Kuhn e Paul Feyerabend”.

*Moisés Alves de Oliveira, mestre em Química Ambiental e doutorando em Educação pela Unisinos.
Prof. do Depto. de Química da Universidade Estadual de Londrina, PR.*

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é o boletim semanal do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) com uma versão eletrônica enviada por e-mail, às segundas-feiras, ao meio-dia, e uma versão impressa que é distribuída, no final da tarde de segunda-feira, internamente na Universidade. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Coordenadora adjunta: Prof^ª MS Vera Regina Schmitz. Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó e Graziela Wolfart. Revisão: Mardilé Friedrich Fabre. Fone: 5903333 ramal 1173 ou 1195. E-mail: Ihuinfo@poa.unisinos.br Sítio: www.ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS